Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 19 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.593
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

OS JUROS, A DÍVIDA E A PORTA GIRATÓRIA

BC independente promove a Bolsa do Rentista, que custa R$ 800 bi.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adaptar-se ao mercado, manter qualidade acadêmica e inovar.
Por Paulo Alonso, **página 2**

FRAUDE ONLINE NA EDUCAÇÃO

Venda de diplomas a preços que variam de R$ 2.500 a R$ 3.000.
Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 3**

Consumo na China vira principal motor do crescimento

O crescimento da economia chinesa continua derrubando previsões pessimistas de analistas financeiros do Ocidente. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2024 atingiu 29,63 trilhões de yuans (US$ 4,17 trilhões), um aumento de 5,3% ano a ano. Esse ritmo deve se manter: a consultoria KPMG, uma das maiores do mundo, espera que a economia da China cresça 5% ou mais em 2024.

A conclusão decorre da análise de dados do mercado e de informações já publicadas sobre a segunda maior economia do mundo. O PIB da China cresceu 5,2% em termos anuais em 2023, 2,2% acima do registrado em 2022. A produção industrial de valor agregado da China cresceu 4,6% em 2023 em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2023, a produção industrial de valor agregado aumentou 6,8%. A produção industrial aumentou de forma constante e a indústria de fabricação de equipamentos cresceu rapidamente.

O papel fundamental do consumo tornou-se o principal motor do crescimento econômico chinês. Os gastos do consumidor final em 2023 impulsionaram o crescimento econômico em 4,3%.

"Acreditamos que, com a implementação proativa de políticas de crescimento e emprego, o rendimento dos residentes e a situação do mercado melhorem, o que conduzirá a uma maior recuperação do consumo. A inovação tecnológica e a transformação verde impulsionarão o investimento na indústria transformadora, bem como em infraestruturas e continuará a desempenhar um papel de apoio para manter um crescimento estável", afirma Daniel Lau, sócio-líder do Desk China da KPMG no Brasil e na América do Sul.

O investimento em ativos fixos da China cresceu 3% em termos anuais em 2023. O investimento na indústria transformadora e em infraestruturas continuou a crescer, enquanto o investimento no mercado imobiliário permaneceu lento. O investimento nas indústrias de alta tecnologia cresceu 10,3%, 7,3% a mais que o investimento total. O investimento em alta tecnologia manteve uma boa dinâmica de crescimento.

As exportações da China cresceram em termos anuais e situaram-se em 23,77 trilhões de RMB (yuans) em 2023.

Ministro alemão rejeita proposta de tributar super-ricos

Na véspera, ministro francês apoiou Haddad

A proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmada em Washington esta semana, para a taxação internacional dos super-ricos foi bem recebida pelos países do G20 (grupo que reúne os países com as maiores economias do mundo), mas ainda enfrenta resistências.

O ministro das Finanças da Alemanha, Christian Lindner, rejeitou a proposta do Brasil de tributar os super-ricos. Nesta quinta-feira, em Washington, o alemão disse que seu país já tem uma tributação adequada de renda, informa a agência Reuters.

No dia anterior, o ministro da Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire, hipotecou seu apoio à proposta de Haddad, acrescentando que é o próximo passo de uma série de reformas fiscais globais lançadas desde 2017. Le Maire afirmou que não combater a desigualdade por meio da tributação internacional é "injusto e inaceitável".

Lindner é do Partido Democrático Liberal (FDP, na sigla em alemão), e sua posição contrária à taxação pode não ser a majoritária no governo, que é liderado pelo Partido Social-Democrata (SPD).

"Falava-se muito em meritocracia e nem isso está sendo respeitado por esses mecanismos (atuais), para alcançar pessoas de classe média e pobres. E a partir do momento que você vai subindo os degraus da riqueza e da fortuna você vai escapando das malhas dos Estados nacionais e vivendo quase que em uma nuvem, em um paraíso fiscal internacional que se criou. Isso tem que ser superado", defendeu Haddad na quarta-feira.

Fernando Haddad participa esta semana do Encontro de Primavera dos Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais e segue na capital americana até esta sexta-feira (19).

Com apoio do Sinaval, Petrobras lança Mapa de Estaleiros do Brasil

Em evento realizado nesta quinta-feira, no Rio de Janeiro, a Petrobras e o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), com apoio do Sinaval, lançaram o Mapa de Estaleiros do Brasil, parte da iniciativa integrada entre os setores de petróleo, gás, energia e naval para levar informações abrangentes e atualizadas sobre a infraestrutura dos estaleiros e projetos no país de forma acessível e disponível ao mercado.

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, reforçou que o Mapa dos Estaleiros é um primeiro passo para avançar no debate sobre temas como conteúdo local e da indústria naval brasileira. Nesse contexto, a demanda da Petrobras é um pilar fundamental. O executivo avalia que o Mapa atende a necessidade de apresentar esta infraestrutura dos estaleiros nacionais para o mercado internacional em sinergia com a demanda firme da Petrobras e a implementação de uma política de governo.

"A indústria naval é relevante em escala global, não é antiquada. Noruega e Espanha tiveram ciclos relevantes na indústria naval, bem como os japoneses e coreanos com fortes investimentos em estaleiros. O Brasil está retomando sua posição na rota do crescimento do setor naval", analisa Jean Paul Prates.

"Em meio à retomada da atividade naval, a colaboração entre a indústria de petróleo e gás e o setor naval se fortaleceu para promover transparência e impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira e o mapa é uma das iniciativas. Uma ferramenta colaborativa e um esforço conjunto entre o IBP, a Petrobras e o Sinaval, em uma importante aproximação intersetorial que permite uma visão ampla e atualizada do setor", aponta Ardenghy.

Jean Paul Prates acrescentou que o plano estratégico da Petrobras contempla R$ 500 bilhões e geração de 280 mil empregos por ano até 2028. Inclui construção de plataformas offshore com módulos até três vezes maior que as atuais, como a P-80 e a P-83. Prates indica que são sete FPSO em fase de estudos e três estaleiros que já estão com elevada demanda neste momento.

Milei pede para se tornar 'parceiro global' da Otan

A Argentina pediu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para se tornar um "parceiro global", informou nesta quinta-feira o ministro da Defesa, Luis Petri.

Ele anunciou, através do X/Twitter, que se reuniu com o secretário-geral adjunto da Otan, Mircea Geoana.

"Apresentei a carta de intenções que expressa o pedido da Argentina para se tornar um parceiro global desta organização. Continuaremos trabalhando para recuperar vínculos que nos permitam modernizar e treinar nossas forças de acordo com os padrões da Otan", afirmou.

Petri apresentou ao representante da Otan "as propostas da Argentina para explorar questões de interesse mútuo, como a segurança marítima e reforçar o diálogo estratégico de segurança". Sublinhou que seu país vai "continuar a trabalhar para fortalecer a relação com a Otan".

A TV Pública da Argentina anunciou nesta quinta-feira que a nação é um "aliado extra-Otan" desde 1998, quando o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton (1993–2001), deu "luz verde" à iniciativa do então presidente argentino, Carlos Menem (1989–1999).

Observou, no entanto, que o estatuto de "parceiro global" pretendido pela missão diplomática a pedido do presidente argentino, Javier Milei, é um "passo em frente".

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2455
Dólar Turismo	R$ 5,4560
Euro	R$ 5,5840
Iuan	R$ 0,7243
Ouro (gr)	R$ 402,34

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Os juros, a dívida e a porta giratória

Por Ranulfo Vidigal

A conjuntura internacional marcada por crises conjuntas – policrises, na linguagem de alguns especialistas – de caráter ambiental, financeira e social determina o grau de complexidade e desafios para a atual gestão macroeconômica do governo de plantão.

O tema da semana é a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, seu déficit nominal do Orçamento Federal (que inclui os juros caríssimos praticados pelo Banco Central e incidentes sobre a volumosa dívida) e o manejo da política fiscal. Ficou claro que, politicamente, a elite do dinheiro não aceita pagar mais impostos. E seus representantes no legislativo federal estão prontos para resistir a qualquer tentativa de “derrama fiscal”.

Entretanto, um país que emite sua moeda, hoje exclusivamente fiduciária, não teria em princípio, restrição fiscal/financeira no curto prazo. Há uma exceção: os estados e os municípios, como não têm moeda própria, estão obrigados a limitar seus gastos ao que arrecadam. Mas a União, não! Então para que serve a austeridade tão propalada?

Vejamos então. Consta que a exigência de que o Estado (a União) equilibre as suas contas é uma restrição político-administrativa, com o objetivo de impor disciplina e racionalidade aos gastos públicos e frear a tentação demagógica por gastos descontrolados. Tudo bem, mas quando há capacidade ociosa e desemprego, dívida externa pública pequena, reservas internacionais de montante razoável, e o déficit no balanço de pagamentos é aceitável, o governo central pode e deve investir de forma inteligente, no intuito de buscar o pleno emprego dos chamados fatores de produção.

O dogmatismo fiscalista, a crença equivocada de que é sempre preciso equilibrar o orçamento fiscal sob risco de quebrar o Estado, torna ainda mais difícil a aprovação e a implementação das políticas necessárias para acelerar o crescimento da produção. É preciso tentar preservar o emprego e garantir uma renda mínima para que toda família possa sobreviver. É necessário confiar e ousar, para evitar uma desaceleração cíclica, que a cena lá de fora pode nos impor. Afinal, Europa e Oriente Médio vivem estado de guerra.

Nosso orçamento federal é dominado pelos interesses associados ao chamado sistema da dívida pública, cujo encargo é responsável por 40% do gasto federal. Na sequência vem o gasto previdenciário, que responde por 20%, o gasto assistencial, com aproximadamente 7%, contra apenas 5% do gasto em Saúde Pública. Mas por que é assim?

> BC promove a Bolsa do Rentista, que custa R$ 800 bi. Viva a austeridade!

Numa sociedade como a nossa, de um país periférico e dependente, cuja presença na divisão internacional do trabalho é produzir e exportar matérias-primas essenciais para as nações desenvolvidas e mais dinâmicas do planeta, a prática da baixa remuneração de sua força de trabalho é uma norma. Outra situação inusitada é o Orçamento público federal ser uma arena de disputa de poderosos interesses.

Um exemplo: o Banco Central independente promove, anualmente, a Bolsa do Rentista, que custa R$ 800 bilhões, mediante sua política monetária restritiva geradora de escassez de liquidez na economia, juros elevados para o crédito privado não subsidiado, explosão das dívidas, baixo crescimento, risco de fechamento de empresas, mas ganhos fabulosos para uma minoria, às custas do orçamento público. Viva a austeridade!

Ranulfo Vidigal é economista.

O desafio das Instituições de Educação Superior

Por Paulo Alonso

Administrar uma instituição de educação superior não é tarefa das mais fáceis. Muito pelo contrário. A complexidade é grande, e muitos são os fatores que influenciam na tomada de ou de outra decisão. Fatores exógenos. Fatores endógenos. Por essa razão, o gestor precisa, parodiando o poeta português Fernando Pessoa, “ser uma antena do seu tempo”.

Assim, torna-se imprescindível que tenha sempre em mente a missão da instituição que gerencia e, sobretudo, que saiba estabelecer sua missão, visão, valores e os seus objetivos gerais e específicos. Além disso, esteja sempre em dia, e em sintonia, com as dezenas de portarias, pareceres e regulamentos baixados pelo Ministério da Educação, Inep, Conselho Nacional de Educação e Capes.

A seleção de poucos objetivos é a única forma viável de fazer com que a universidade atinja metas de verdadeira importância, em um determinado período, já que ela trabalha com um Plano de Desenvolvimento Institucional e que precisa ser revisto e atualizado a cada quatro anos. É mais fácil alcançar resultados extraordinários fixando-se em um pequeno número de prioridades do que perseguindo uma multiplicidade de pequenos objetivos.

A competitividade desenfreada entre as instituições, e muitas vezes predatória, vem caracterizando o mercado do setor da educação, obrigando as universidades a redobrarem seus esforços, somente para permanecer no patamar em que se encontram. A guerra de preços estabelecida entre as universidades, centros universitários e faculdades isoladas e ainda a oferta do ensino à distância, muitas vezes ofertado sem qualquer preocupação com a qualidade acadêmica, e com instituições cobrando mensalidades a partir de RS 49,90, é algo assustador.

O atual ministro da Educação, Camilo Santana, tem externado preocupação com os cursos oferecidos a distância e ele próprio está desencadeando mudanças para que regras sejam revistas e credenciamentos de instituições nessa modalidade sejam mais bem observados. Os cursos de licenciatura, sobretudo, ministrados não presencialmente são, em grande parte, vergonhosos, pela baixíssima qualidade acadêmica apresentada.

É bom lembrar que os esforços que se fazem em uma determinada área devem ser, necessariamente, apoiados e sustentados por outras áreas. São os chamados desafios da interdisciplinaridade, com disciplinas e laboratórios compartilhados entre cursos. A graduação envolvida com a pós-graduação e com a extensão, por exemplo.

> Adaptar-se ao mercado, manter qualidade acadêmica e inovar são necessários

A sobrevivência da universidade obriga a unificação de esforços setoriais, centrando-se em alguns objetivos básicos e centrais. Se a universidade não tem planos ou não os coloca em execução – não vale apenas elaborar belos Projetos Institucionais Pedagógicos, Planos de Desenvolvimento Institucionais e Projetos Pedagógicos dos Cursos, mas aplicá-los – ela não pode comunicar a suas comunidades, alunos, professores e administrativos quais são as suas metas centrais, impossibilitando, assim, mobilizar toda a organização para a consecução dos próprios objetivos institucionais traçados.

Quando isso não acontece, as próprias universidades, em consequência, promovem a dispersão de recursos e de esforços, acarretando o seu enfraquecimento. É utópico erguer e manter uma universidade com ensino de excelência em todas as áreas. É um erro crer que uma universidade possa ser “boa” em tudo o que apresenta.

É conveniente registrar que, no passado, muitas universidades puderam se dar ao luxo de se adaptar pela evolução reativa. Atualmente, o principal problema é justamente com a evolução reativa e com a lentidão dos processos. São as chamadas universidades fósseis ou dinossáuricas. E ainda existem várias Brasil afora que ainda sobrevivem apenas pela tradição, mas sem qualquer tipo de ação vanguardista e aquém dos tempos requeridos, em contrapartida.

Quando as universidades mudam para adaptar-se ao entorno em que estão situadas, esse já pode ter mudado, e rapidamente. Essa mudança acelerada faz com que a universidade fique sempre defasada em relação ao mercado, já que as mudanças ocorrem não somente em número cada vez maior, mas principalmente em velocidade cada vez mais acelerada.

É importante ter sempre em mente que o problema central com a evolução espontânea evolutiva é a sua não previsão. Por essa razão, cabe ao dirigente universitário, quando dotado de conhecimento acadêmico e administrativo, procurar manter o mais alto nível possível de ajuste entre a universidade e o seu entorno. A universidade, afinal, precisa, além de formar bons alunos, estar atenta ao seu entorno, desenvolvendo trabalhos de inclusão social, não apenas para comprová-los junto às comissões de avaliação do Inep, mas para o crescimento e desenvolvimento da Instituição e para a formação dos seus acadêmicos.

Não resta outra opção ao executivo de uma universidade se não recorrer necessariamente à evolução provocada. Se o entorno muda, as universidades mudarão. E a única forma conhecida de garantir o controle das mudanças e assegurar a manutenção do ajuste universidade-entorno será dotar a universidade de um programa de ação que focalize duas áreas-chave: controlar as mudanças e manter o ajuste universidade-entorno.

Para que isso possa efetivamente ocorrer, torna-se mister a criação de um conjunto de instrumentos de gestão, tais como projetos institucionais pedagógicos modernos e arrojados; a prática efetiva de avaliação institucional, buscando pesquisar fraquezas institucionais que precisam ser vencidas, e manter suas fortalezas; criar um plano de desenvolvimento institucional compatível com o que deseja empreender e sempre tendo em vista a sua sustentabilidade; e um projeto pedagógico dos cursos que englobe de forma clara e saudável a extensão curricularizada, ou seja algumas disciplinas perseguindo um mesmo projeto acadêmico, e que não precisa ser desenvolvido apenas em salas de aula, mas extramuros.

A universidade que não é inovadora, criativa, empreendedora e parceira das mudanças morre antes do tempo ou vive de forma meramente vegetativa. Para que isso não ocorra, é imprescindível que se planeje o futuro da universidade, com eficácia e eficiência, atenção e responsabilidade, para a sua própria consolidação, organização e atualização.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Fraude na Educação

A Diplomas SOS, que veicula anúncios em plataformas digitais, está vendendo diplomas de graduação, mestrado e doutorado. Com sede em São Paulo, promete entregar os certificados em 4 dias. Custam entre R$ 2.500 e R$ 3.000 mediante boleto. Segundo informações, os diplomas são da PUC e da Unip.

Disparidade preconceituosa

Enquanto um atleta do COB vai ganhar R$ 350 mil por cada medalha de ouro que conquistar e R$ 210 mil por uma de prata, nos Jogos Olímpicos em Paris, um paralímpico receberá, respectivamente, R$ 250 mil e R$ 100 mil.

Francês em pauta

Ainda falando em Paris 2024, nossos atletas, pela primeira vez na história das Olimpíadas, estão aprendendo o idioma do país-sede. O curso é uma parceria da Aliança Francesa e do COB.

Política equivocada

O novo governo português não tem a menor possibilidade de implementar uma nova política de imigração, com limitação de autorizações de residência. O país vai depender cada vez mais de trabalhadores estrangeiros, em função do envelhecimento da população. Em 2050, o país terá apenas 9,6 milhões de habitantes, com 52% na ativa. Não seria melhor conscientizar os portugueses sobre a necessidade de trabalhadores estrangeiros e reduzir a xenofobia?

Nestlé em questão

O Mucilon e Ninho, da Nestlé, comercializados em países de média e baixa renda, inclusive no Brasil, têm elevadas quantidades de açúcar, ferindo recomendação da OMS. Tal fato, no entanto, não ocorre na Suíça e países europeus. É o que revela a ONG suíça Public Eye.

Parabéns, Águas do Rio

A concessionária Águas do Rio está colaborando efetivamente com a sustentabilidade. Dobrou em dois anos e meio a quantidade de produção de água de reuso na Cidade Maravilhosa, passando de 1,9 milhão de litros para 4,3 milhões por dia.

Show da Madonna

A área marítima nas proximidades do show será interditada pela Capitania dos Portos, conforme prevê a lei. Apenas embarcações vistoriadas poderão adentrar a área. Comenta-se que serão mais de 400 barcos.

Frase da semana

"Não pare nunca de buscar a felicidade. Ela vai e vem o tempo inteiro. É uma retomada constante que se perde e se encontra nos corredores escuros das caminhadas tortuosas. Seus minutos de existência fazem respirar paixões guardadas a sete chaves. Sensata e revolucionária, ela se esconde nas mudanças oblíquas do ser e fazer. Do apenas viver. Do perceber sem olhos externos. De sorrir calado e chorar de tanta paz." – *Bayard Do Coutto Boiteux, Reviravoltas Fugazes.*

G20 fica com 78% que o Brasil exporta

Brasil–China: importação cresce 12,7% e exportação 9,8%

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2023, as exportações do Brasil para os países do G20 somaram US$ 265 bilhões e representaram 78% de tudo que o Brasil exportou para o mundo. Foi um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior, quando as exportações para os países do bloco somaram US$ 253 bilhões. Já as importações diminuíram 11,9%, em relação ao ano anterior, passando de US$ 230 bilhões para US$ 203 bilhões.

A soja foi o principal produto exportado pelo Brasil para os países do G20 em 2023: representou 18% das exportações agropecuárias e um total de US$ 48 bilhões. O petróleo ficou em segundo lugar, em um total de US$ 36 bilhões, seguido pelo minério de ferro com US% 25 bilhões. Os países que integram o G20 respondem por 75% do comércio internacional e cerca de 85% do PIB mundial.

Brasil-China

O comércio entre Brasil e China está em constante ascensão, revelando um cenário de oportunidades e progresso mútuo. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o primeiro trimestre de 2024 registrou aumento de 12,7% nas importações brasileiras da China em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo a marca de US$ 14 bilhões. As exportações para o país asiático também aumentaram, totalizando US$ 23 bilhões, representando um aumento médio de 9,8%.

Para Rodrigo Giraldelli, especialista em comércio exterior Brasil–China, esses números refletem não apenas um aumento nas transações comerciais, mas também um equilíbrio favorável para o Brasil, com um superávit de 5,5% em relação à China. "O comércio bilateral está se fortalecendo, com o Brasil mantendo sua posição como um importante fornecedor para o mercado chinês. Continuamos vendendo mais para o país asiático do que comprando dele", afirma o CEO da China Gate, empresa especializada em consultoria e educação sobre importação da China.

Entre as categorias de importações que mais se destacaram, os veículos lideraram o crescimento, registrando um aumento impressionante de 107%, equivalente a US$ 573 milhões. Esse aumento expressivo reflete uma crescente demanda por veículos elétricos no Brasil. Além disso, outras áreas também apresentaram crescimento significativo, como máquinas e equipamentos (29%), produtos para a indústria química (93%), artigos plásticos (26%), produtos em ferro/aço (33%) e artigos em vidro (66%).

No entanto, alguns setores registraram quedas nas importações, como cerâmica (-41%), brinquedos (-22%), produtos farmacêuticos (-44%), produtos químicos orgânicos (-27%) e combustíveis minerais (-66%). Giraldelli interpreta esses números como um reflexo do crescimento da produção industrial brasileira, que está cada vez mais suprindo suas próprias demandas e reduzindo a necessidade de importação de certos insumos e produtos.

"Importar da China tem se tornado uma estratégia cada vez mais atrativa para empresários em busca de vantagens competitivas. Os preços baixos, impulsionados pelos custos de produção mais baixos do país, são apenas o começo. A variedade de produtos disponíveis é impressionante, abrangendo desde eletrônicos de última geração até itens de decoração exclusivos, enquanto a qualidade equipara-se aos padrões internacionais", explica o especialista.

Inadimplência caiu no final do ano passado

O relatório "Mercado de Pagamentos em Dados", elaborado pelo Instituto Propague da StoneCo em parceria com o Economic Research da Stone, tem como objetivo promover estudos e debates sobre a inclusão financeira dos brasileiros. De acordo com a análise, o ano de 2023 terminou com níveis de inadimplência inferiores aos de 2022, alcançando 7,5% em dezembro de 2023, uma queda de cerca de 0,5 p.p. em comparação com o mesmo período do ano anterior.

No último trimestre, observou-se uma diminuição no uso do rotativo e do parcelamento com juros, o que resultou no aumento da preferência pelo pagamento à vista. Além disso, a proporção da carteira de cartão de crédito sem juros aumentou em 1,6 ponto percentual, atingindo cerca de 76,3%.

O estudo indica que a melhora do cenário macroeconômico está diretamente relacionada à redução dos níveis de inadimplência, impulsionada principalmente pela queda do desemprego, que atingiu 7,8% em dezembro de 2023, o menor patamar desde 2014. O aumento da renda das famílias e o reajuste do salário mínimo também possibilitaram um crescimento de 3,1% nas despesas de consumo em 2023 em comparação com 2022. Adicionalmente, a redução da taxa Selic, que passou de 13,75% a.a. para 11,75% a.a. ao longo do ano de 2023, também contribuiu para esse contexto favorável.

"A melhora do cenário macroeconômico parece ter estimulado o mercado de pagamentos que registrou aumento no volume de transações digitais, seja por Pix ou cartão, dando continuidade ao processo de digitalização na economia brasileira. Além disso, a conjuntura mais favorável também parece ter estimulado um uso mais consciente do cartão de crédito, cuja proporção da carteira que incide juros caiu 1,6 p.p. entre o final de 2022 e o final de 2023", afirma Morgana Tolentino, pesquisadora do Instituto Propague, da StoneCo.

Já estudo da Multiplike mostra que no segundo relatório de 2024, ao olhar para o período histórico, o índice de inadimplência apresentou uma nova queda significativa desde o aumento recorde em outubro de 2023 (15,68). Com uma variação significativa de 7,91% para menos, sendo, janeiro com um percentual de 12,38% de inadimplência e fevereiro com 11,4%. É o menor percentual de inadimplência desde setembro de 2022 (11,41%).

Devedores

O Índice Multiplike de Devedores (IMD) também mostra o cenário de curto, médio e longo prazos da inadimplência. De modo geral, as faixas de vencimento mostraram uma baixa variação. Do total de títulos vencidos, aqueles com atraso de 31 a 60 dias, saíram de 7,21% para 7,58%. Um aumento mais expressivo ocorre para os títulos vencidos até 30 dias, saindo de 34,14% para 35,82%.

Já nas demais faixas de vencimento se pode notar uma queda da inadimplência, mas com uma baixa variação. Para os títulos vencidos há mais tempo, acima de 360 dias, quando a recuperação do crédito já fica mais difícil, ocorreu uma suave queda saindo de 16,45%, para 16,26%. As demais faixas de vencimento apresentadas no índice, somam 40,34%.

Gimilar Empreendimentos e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 31.981.043/0001-29
COMUNICADO À PRAÇA
Gimilar Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.981.043/0001-29, situada em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mangabeiras, 91, apto. 91, Santa Cecília, CEP 01233-010, NIRE 35.235.390.053, por seus sócios, **COMUNICAM** à praça a redução do capital social da Sociedade de R$ 3.327.650,00 para R$ 3.119.460,00, redução de R$ 208.190,00 nada mais.

NUVINI S.A.
CNPJ/MF 35.632.719/0001-20 - NIRE 35.300.557.956
EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA NUVINI S.A. Nos termos do artigo 71, § 2º, e 124, caput e § 1º, inciso II, e 289 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 9 do *"Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Nuvini S.A."*, celebrado em 18 de maio de 2021 ("Escritura de Emissão"), entre a Nuvini S.A. ("Emissora") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), ficam os senhores titulares de debêntures 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Debenturistas") convocados para reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em **06 de maio de 2024, às 14h** ("Assembleia Geral de Debenturistas"), **de forma exclusivamente digital e remota**, com link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados conforme abaixo, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** A concessão de um waiver prévio para a prorrogação do pagamento, pela Emissora, do saldo remanescente da Quarta Parcela da Amortização a vencer em 15 de maio de 2024, de acordo com deliberado pelos Debenturistas na assembleia celebrada no dia 15 de fevereiro de 2024, conforme indicado no item (ii) da Ordem do Dia, passando a data de vencimento na ocorrência de um Evento de Captação ou ainda, em data a ser definida pelos Debenturistas na presente assembleia. **(ii)** A autorização para a conceção de um waiver para (a) postergar o pagamento da parcela da Amortização do Valor Nominal Unitário a vencer em 14 de maio de 2024 ("Quinta Parcela da Amortização"); e (b) postergar o pagamento da 12ª parcela dos Juros Remuneratórios a vencer em 14 de maio de 2024. As obrigações de pagamento da Emissora passarão a vencer na ocorrência de um Evento de Captação ou em data a ser definida pelos Debenturistas na presente assembleia. Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Emissora (por meio do endereço eletrônico lab@nuvini.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Para participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão enviar, impreterivelmente, até 2 (dois) dias antes de sua realização, para os e-mails lab@nuvini.com.br, jose.d@nuvini.com.br, jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br (i) a confirmação de sua participação acompanhada da cópia do CPF em caso de pessoa física e, CNPJ de empresas ou dos fundos dos Debenturistas, conforme o caso; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários/regulamentos e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico Zoom Meeting, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado.

São Paulo, 18 de abril de 2024.
Nuvini S.A.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Deputado organiza caravana de prefeitos em Copacabana

Deputado Anderson Moraes

O deputado Anderson Moraes (PL) está articulando uma caravana de prefeitos ligados ao partido para a manifestação do próximo domingo (21) na Avenida Atlântica, em Copacabana, a partir das 10h. Anderson Moraes solicita aos seus convidados que não levem faixas ou cartazes com textos abusivos, nem contra o STF, nem contra qualquer poder político. O deputado também ressalta que as despesas da manifestação não envolvem dinheiro público.

Time do Nova Iguaçu recebe homenagem

Tudo bem que chegar às finais do campeonato estadual e se sagrar vice-campeão foi um grande feito para o Nova Iguaçu Futebol Clube. Mas isso não justifica a iniciativa do deputado Carlinhos BNH em dar ao clube o título de Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Definitivamente, a Alerj está banalizando o que deveria ser uma honraria.

PRD livre para candidatos a vereador

Deputado Val Ceasa

O deputado Val Ceasa usou a tribuna da Alerj para deixar claro que o PRD, fusão do Patriotas com o PTB, caminhará junto com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, nas eleições municipais deste ano. Mas ressaltou que os candidatos a vereador não terão a obrigação de fechar com Paes. Eles estão livres desde já para apoiar qualquer candidato majoritário, até o candidato do ex-presidente Jair Bolsonaro, Alexandre Ramagem. Com sua estratégia, Val espera eleger pelo menos três vereadores na capital.

Isenção para produtor rural

O deputado Flávio Serafini (Psol) está defendendo a isenção dos pequenos produtores rurais do pagamento de pedágio nas vias estaduais. Ele apresentou na Alerj um projeto de lei nesse sentido. O parlamentar alega que a iniciativa será de grande valia no apertado orçamento desses trabalhadores.

Prioridade para pais de deficientes

O deputado Rosenverg Reis (MDB) apresentou um projeto de lei na Alerj que estabelece prioridade na remoção de policiais civis, militares e penais do Estado quando comprovadamente possuírem filhos ou dependentes com algum tipo de deficiência permanente ou temporária. Para isso, a deficiência dos filhos e dependentes deverá ser comprovada através de laudo emitido por profissional médico ou psicólogo habilitado

Região Metropolitana do Rio criou 107.108 vagas de emprego em fevereiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro criou 107.108 vagas de emprego formais no mês de fevereiro, de acordo com dados do novo Caged, do Ministério do Trabalho. No mês, a região também registrou 95.383 demissões, o que resultou em um saldo positivo de 11.725 empregos.

Em janeiro, a região havia registrado a criação de 66.503 vagas de emprego, 65.028 demissões e saldo de 1.475 empregos.

As cidades com maior número de vagas criadas em fevereiro foram Rio de Janeiro (74.473), Niteroi (6.267) e Duque de Caxias (5.663). Também foram as cidades que mais demitiram, com 74.473, 6.267 e 5.633 demissões, respectivamente.

Em relação ao número de admitidos em fevereiro, 59,40% eram homens e 45,60% eram mulheres. Do total, 64,74% tinham ensino médio completo, 27% idades entre 30 e 39 anos. O setor que mais contratou foi o de serviços.

Os municípios da região incluem: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Rio de Janeiro.

Em fevereiro, o Brasil registrou 76. 131 admissões de trabalhadores temporários, sendo 2.020 na região. Matheus Santos, gerente regional da Employer Recursos Humanos no Rio de Janeiro, explica que o aumento das contratações de trabalhadores temporários no início do ano é, muitas vezes, impulsionado por uma combinação de demanda sazonal, necessidades de projetos específicos, flexibilidade e custos.

A estimativa da Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem) é de geração de 780 mil vagas temporárias no primeiro trimestre.

Já segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), puxado pelo varejo, com destaque para os hipermercados e supermercados, o mercado de trabalho do setor do comércio no Estado de São Paulo gerou 338% mais vagas de emprego, em fevereiro deste ano, do que no mesmo período de 2023. Foram criadas quase 12 mil vagas a mais em relação ao mesmo mês do ano passado. Nos Serviços, o cenário foi ainda mais favorável, com 67,7 mil novos empregos com carteira assinada, representando um aumento de 31% em comparação a fevereiro do ano anterior.

Apontados pela Pesquisa do Emprego no Estado de São Paulo (Pesp), apurada mensalmente pela entidade, os números surpreenderam, de forma positiva, os especialistas, que projetaram um cenário de desaceleração do ritmo de crescimento do mercado de trabalho de ambos os setores para 2024.

Diante desse resultado, o comércio teve o melhor fevereiro desde 2021, além de mostrar rápida recuperação das perdas sazonais de janeiro deste ano, principalmente nos segmentos varejistas de produtos alimentícios. As três divisões comerciais avançaram em fevereiro, com destaque para o varejo, que criou 6.848 vagas, especialmente os segmentos de hipermercados e supermercados (2.579) e os estabelecimentos que comercializam combustíveis (1.176).

Já o setor de serviços apontou a alta mais significativa, ao gerar 67,7 mil novos postos de trabalho, melhor desempenho não apenas dos últimos 13 meses, como também o maior saldo mensal desde fevereiro de 2022. Em comparação ao mês de janeiro, o número de empregos foi 415% superior – e 31% maior do que as vagas geradas em fevereiro do 2023.

Dos 14 segmentos avaliados pela pesquisa, 12 registraram aumento nas contratações. A educação contribuiu para o cenário positivo, com 17.112 vagas, principalmente, nos ensinos infantil e fundamental. No entanto, outras atividades também contribuíram para o saldo positivo, como os serviços administrativos e complementares, ao gerar 13.751 novos postos de trabalho, mais de 10 mil vagas em relação ao mesmo mês de 2023.

Na perspectiva da Fecomércio-SP, os resultados apontados pela Pesp ressaltam que o cenário econômico está mais aquecido do que o esperado, o que tem refletido no desempenho das receitas dos setores de comércio e serviços e, consequentemente, no investimento em mão de obra.

Para os próximos meses, a entidade indica uma previsão positiva para os dois setores. O comércio deve manter crescimento. Já os serviços devem avançar significativamente em março, mas em patamar inferior a fevereiro, uma vez que os setores terão menos impactos sazonais.

Intenção de consumo das famílias tem primeira alta no ano

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) aumentou 0,4% em abril, descontados os efeitos sazonais. Esse é o primeiro resultado positivo após quatro meses de queda. O índice, apurado mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), fechou o mês em 103,1 pontos, na zona de otimismo, em que permanece desde agosto de 2023. A variação anual é de alta de 6,1%.

Os subindicadores emprego atual, renda atual e nível de consumo atual tiveram alta de 0,5%, 0,2% e 1,4%, respectivamente. No entanto, apenas os dois primeiros estão na zona de satisfação – a avaliação dos consumidores sobre o nível de consumo atual está em 88,8 pontos. Nos últimos 12 meses, o ponto mais alto desse subindicador foram os 92,4 pontos atingidos em janeiro. A última vez que as famílias estiveram satisfeitas com seu consumo atual foi em janeiro de 2015, com 100,8 pontos.

Sobre o futuro, os consumidores estão otimistas. A perspectiva profissional aumentou 0,2% em abril, com 114,6 pontos, e a expectativa de consumo para os próximos meses cresceu 1,4%, atingindo 106,7 pontos. A avaliação sobre o acesso ao crédito ainda é negativa, com 94,1 pontos, mas houve aumento, em relação a março, de 0,9%. O único subindicador que diminuiu, no mês, foi o momento para compra de duráveis, que caiu 0,4% e é aquele com menor satisfação, na casa dos 67,1 pontos, mas está 20,3% acima do registrado no mesmo mês de 2023.

O início de uma possível retomada da curva de crescimento da ICF como um todo é atribuído à redução das taxas de juros para as pessoas físicas, o que reflete na redução da inadimplência dos consumidores. Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), também realizada pela CNC, 28,6% das famílias estavam inadimplentes em março, percentual menor do que há um ano.

"A disponibilidade de crédito desempenha um papel importante no consumo das famílias e, consequentemente, aquece a economia como um todo", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. Ele alerta, no entanto, que há desaceleração do saldo de concessões de crédito ao longo dos últimos 12 meses, o que mantém a atenção do varejo, por conta da redução desse tipo de recurso nos próximos meses.

O aumento da ICF em abril foi puxado, principalmente, pelas famílias com maior renda. Os grupos que recebem acima de 10 salários mínimos informaram alta de 0,8% na intenção de consumir, enquanto os que têm renda menor que 10 salários indicaram elevação de 0,4%. Tanto as famílias consideradas mais ricas quanto as de renda menor apresentaram aumento da percepção do acesso ao crédito, de 1,2% e 0,4%, respectivamente.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, aponta, no entanto, que as famílias mais ricas estão mais satisfeitas com o crédito do que as que recebem menos. Em abril, enquanto o subindicador dos que recebem mais de 10 salários mínimos atingiu 116,9 pontos, na zona de satisfação, o das famílias que ganham menos ficou em 88,8 pontos.

"A curva ascendente, ainda que seja percebida nos dois espectros de renda, é mais acentuada para os que ganham mais", explica Tavares.

Ele avalia que, se, para os mais ricos, nos últimos 12 meses a satisfação vem subindo quase ininterruptamente, com apenas alguns períodos de queda das casas decimais, para os mais pobres, a regra vem sendo a oscilação.

Já o Monitor do PIB, divulgado anteontem pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta crescimento de 0,8% na atividade econômica em fevereiro em comparação a janeiro, considerando-se dados com ajuste sazonal. Na comparação interanual a economia cresceu 3,5% em fevereiro. No trimestre móvel interanual findo em fevereiro o crescimento do PIB foi de 3,3% e na taxa acumulada em 12 meses até fevereiro, 3,0%.

"A economia cresceu 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro, com destaque para o consumo, que segue contribuindo para o bom desempenho econômico. A formação bruta de capital fixo (investimentos) também se destacou positivamente tendo voltado a crescer após ter retraído em janeiro. Apesar disso, importantes segmentos, como a indústria e a exportação, registraram retração nessa comparação, o que pode indicar perda de ritmo desses segmentos no início do ano. Na comparação interanual a economia cresceu de modo mais consistente em fevereiro, visto que o crescimento foi disseminado entre a maioria das atividades econômicas e os componentes da demanda", segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

Open English: pós-pandemia, público e B2B

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Open English com Thais Oliveira, vice-presidente de marketing da plataforma online de aprendizado de idiomas.

Como a Open English avalia o seu ano de 2023 e as perspectivas para 2024?

O ano de 2023 foi, realmente, um ano pós-pandemia, onde os consumidores voltaram à normalidade, tanto na aprendizagem quanto na forma como investem seu tempo. Na pandemia, os cursos online de idioma tiveram um crescimento gigantesco, pois as pessoas queriam aproveitar o tempo que tinham na mão e investir em desenvolvimento pessoal e profissional, já que não existiam oportunidades de viagens.

No ano passado, a Open English focou bastante na construção da marca no Brasil e no crescimento desse mercado. Apesar da teoria de que o interesse em educação online teria se reduzido, nós conseguimos crescer mais de 10% no comparativo com 2022.

Para 2024, esse crescimento vai continuar, tanto no nosso negócio para adultos, que é, normalmente, mais conhecido pelas pessoas, quanto no corporativo e para crianças de 8 a 14 anos, já que muitos pais gostaram da metodologia da Open English e viram que é possível as crianças aprenderem online. Esses três pilares de crescimento serão muito fortes para 2024.

Se a marca da Open English já é construída, o que seria a construção da marca que você mencionou?

Essa construção é especialmente voltada à conexão com os nossos estudantes e com os interessados em estudar inglês. No ano passado, nós fizemos uma ativação muito importante trazendo o Richarlison (seleção brasileira e atualmente no Tottenham da Inglaterra), como um estudante e porta-voz da marca. Junto com ele, nós doamos mais de R$ 2 milhões em bolsas de estudo para duas instituições, a Gerando Falcões e uma instituição que o Richarlison apoia diretamente. Ele é uma pessoa que tem o inglês como parte da sua vida e que usa a Open English para melhorá-lo.

Quando eu falo em construção da marca, eu não me refiro apenas a fazer com que as pessoas escutem sobre a Open English, mas fazer com que elas se conectem e se aproximem cada vez mais.

Como tem sido o desempenho do online após a pandemia?

Como comentei, nós continuamos surfando uma onda muito positiva, já que ainda existe um interesse muito grande pela educação online. No ano passado, nós fizemos uma pesquisa em parceria com a Qualinvest que verificou que 43% dos entrevistados preferem a metodologia online para aprender inglês, o que mostra que o interesse continua muito grande. Isso porque a flexibilidade do online facilita a vida das pessoas, especialmente daqueles que estão no mercado de trabalho e que precisam dessa flexibilidade de tempo para aprender.

Do ponto de vista da eficácia do produto, nós temos estudos que mostram que as pessoas que aprendem online podem reter as informações num percentual maior que 50%, 60% do que numa classe tradicional. Isso porque além de ter menos distrações num ambiente online, você tem a possibilidade de repetir, retornar e refazer o conteúdo. Quando se está engajado, essa flexibilidade de avançar no seu próprio ritmo dá a possibilidade de acelerar muito mais a aprendizagem.

Essa combinação de flexibilidade e eficiência, que as pessoas provaram durante a pandemia, abriu muitas portas para o mercado de educação online.

Os cursos físicos, mesmo com modelos híbridos, competem com os cursos 100% online?

Eu acredito que sim, só que a resposta está muito mais no consumidor do que na oferta dos cursos, pois, no final das contas, é o consumidor que vai escolher a opção que se encaixa melhor na sua rotina, nos seus objetivos e até na sua maneira de aprender. As pessoas que são autoconscientes sabem quais são as melhores maneiras para elas aprenderem.

Existem pessoas que são altamente sociais e que precisam de um grupo, ambiente e estímulos para aprender. Esse consumidor pode preferir as escolas tradicionais, apesar do tempo de deslocamento e dos horários mais rígidos. Da mesma forma, existem os estudantes que se adaptaram, totalmente, a metodologia online, pois veem os benefícios que ela traz no seu dia-a-dia.

Existe mercado para os dois modelos, pois por mais que eles possam competir pelo mesmo objetivo, é o consumidor que decide pelo curso que se adapta ao seu estilo.

Qual é o perfil do público que contrata um curso da Open English?

O maior público que temos é formado por pessoas que querem aprender inglês para atingir objetivos profissionais, como avançar na carreira, conseguir um trabalho melhor ou trabalhar para uma multinacional. Essa é a nossa grande fatia de mercado, na sua maioria acima de 24 anos. Numa fatia menor, nós temos as pessoas que querem aprender inglês para uma viagem e ter uma desenvoltura para pedir uma refeição ou fazer uma reserva num hotel, se sentindo como um local. Isso vale tanto para o nosso mercado B2C quanto para o nosso mercado B2B.

Existe diferença entre as demandas dos alunos que falam português e dos alunos que falam espanhol?

Hoje, mais de 70% dos nossos alunos são de fora do Brasil (países da América Latina que falam espanhol, Espanha e Turquia). Na plataforma, os estudantes brasileiros tendem a fazer mais aulas em grupo do que particulares, ainda que eles tenham acesso às particulares. Isso porque os brasileiros têm uma tendência a serem mais sociáveis e a gostarem de participar e de interagir com outras pessoas, inclusive de outras partes do mundo.

Como a Open English avalia o engajamento dos seus alunos?

Essa é uma resposta que está em constante progresso. Nós teríamos um engajamento perfeito se os estudantes estivessem todos os dias batendo ponto na plataforma para aprender um pouquinho a cada dia.

Nós gostamos de comparar um curso online de idioma com uma academia. Quando uma pessoa se matricula numa academia, um plano de treino é montado em conformidade com o seu objetivo, que pode ser a perda de peso ou o ganho de massa magra. Só que aí a pessoa tem que estar na academia três, quatro, cinco vezes por semana para chegar no seu objetivo. O inglês é uma situação muito parecida.

Nos últimos três anos, nós temos trabalhado muito fortemente na tecla de melhorar o engajamento dos nossos estudantes, pois vimos que muitos deles precisam desse tipo de apoio. Por exemplo, nós começamos a construir planos de estudos semanais. Dependendo dos horários que a pessoa dispõe, nós montamos um plano de quantas aulas ao vivo precisam ser feitas na semana e quantas horas ou minutos precisam ser dedicados às lições e exercícios para que ela possa atingir seus objetivos ou avançar de nível. Além disso, nós acabamos de lançar uma ferramenta que é um copiloto de inteligência artificial que ajuda no engajamento.

Existe demanda por outros idiomas que não sejam o inglês?

Existe. Inclusive, nós lançamos neste ano o espanhol, focado na nossa oferta B2B, não só para o Brasil, mas para os Estados Unidos também.

A Open English nasceu com foco na América Latina, mas a empresa já está focando além da América Latina?

A Open English foi fundada na Venezuela e se expandiu primeiro para a América Central e depois para a América do Sul. O Brasil veio seis anos depois da fundação da empresa. Há quatro anos, nós entramos na Espanha e há dois anos e meio, através da compra de uma empresa local, a English Ninjas, na Turquia, onde já estamos no top 3 de educação online de inglês. Além da base de estudantes na Turquia ter crescido mais de 100% no ano contra ano, nós temos planos de expansão para o Oriente Médio ainda em 2024, focando, especialmente, no mercado B2B.

Leia a matéria completa em monitormercantil.com.br/open-english-pos-pandemia-publico-e-b2b

ROCHA MIRANDA FILHOS S A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPACÕES
CPNJ 33.131.996/0001-23 - NIRE 3330012853-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem às 12:00 h em 1ª convocação no dia 30/04/2024, em **AGO/E**, que será realizada na modalidade DIGITAL, e sua transmissão será pela plataforma Google Meet, que terá o link de acesso disponibilizado aos acionistas com antecedência a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1) - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE)**. a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários para o exercício 2024. d) Eleição do Conselho Fiscal; e) Assuntos gerais. RJ, 17/04/2024.
A Diretoria: **OCTAVIO ROCHA MIRANDA DE OLIVEIRA SAMPAIO**

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 12º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar o montante global de remuneração dos diretores da Companhia para o exercício de 2024; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Homologar o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11/03/2024 e a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre novo aumento do capital social da Companhia; (vi) Registrar a renúncia de Diretores da Companhia; (vii) Deliberar sobre a eleição de novos Diretores da Companhia; e (viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.
Edvaldo Santiago Vieira - Presidente

UNIMED NOVA IGUAÇU PARTICIPAÇÕES S.A. - UNIPASA
CNPJ/MF nº 15.228.057/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem, na modalidade semipresencial, no dia 30 de abril às 13h na sede social da Companhia, situada na Rua Humberto Gentil Baroni, n° 180 - Centro - Nova Iguaçu, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomada de conta da administração, votação sobre o relatóro de administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023; 2. Destinação do resultado do exercício e distribuição dos dividendos; 3. Eleger os administradores (membros da Diretoria e Conselho de Administração – Gestão 2024-2027) e os membros do Conselho Fiscal (mandato 2024-2025); 4. Aprovação da remuneração da administração; 5. AFAC. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Alteração do Estatuto Social; 2. Instituto; 3. Governança e *compliance*; 4. Uninova; 5. Baixa do CNPJ do Espaço Cuidar Bem Laboratório devido às transferências das atividades para o CNPJ filial da UNIMED Controladora; 6. Baixa do CNPJ do Centro Oncológico devido às transferências das atividades para o CNPJ filial da UNIMED Controladora; 7. Definição da criação e abertura do Hospital/Centro de Imagem e transferência das atividades e gestão para a Controladora – Unimed Nova Iguaçu; 8. Autorização para criação de empresa de atividades de corretagem; 9. Autorização para criação de empresa para prestação de serviços de RH; 10. Assuntos gerais. NOTAS: Os acionistas que desejarem participar à distância deverão solicitar acesso à plataforma para videoconferência *Zoom* por meio de mensagem eletrônica para o endereço natalia.virgens@unipasani.com.br, com o título "dados de acesso - AGO", indicando o nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, cópia de um documento de identidade com fotografia e um telefone para contato. Se procurador ou representante de pessoa jurídica, será necessário incluir adicionalmente o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação. A Companhia retornará a mensagem com as instruções pormenorizadas de acesso ao Sistema até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da assembleia. Se houver dúvida sobre a autenticidade do remetente, a Companhia fará contato através do telefone indicado na mensagem. O acionista que desejar participar à distância deverá providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, sendo possível ainda a manifestação escrita por meio do Sistema. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Os acionistas, bem como seus eventuais representantes nos termos do Manual de Registro da Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI n° 81, deverão apresentar previamente o(s) documento(s) listado(s) abaixo a fim de que suas participações sejam admitidas: (i) Carteira de Identidade (ou equivalente) com foto; (ii) Em caso de pessoa jurídica, documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação; (iii) Em caso de procuradores, procuração válida. Os documentos listados acima devem ser submetidos em cópia legível para o *e-mail* natalia.virgens@unipasani.com.br ou presencialmente na sede social da Companhia, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia. Caso tenham sido enviados por ocasião da solicitação de dados de acesso, não será necessário o reenvio. Não é permitida a participação ativa ou passiva, presencial ou por acesso remoto, de pessoas que não sejam os acionistas, seus representantes legais ou terceiros cuja presença seja permitida nos termos da legislação vigente. Eventuais dúvidas podem ser direcionadas por meio do canal eletrônico: natalia.virgens@unipasani.com.br ou pelo telefone (21) 3759-8200 - Ramal 8476. Nova Iguaçu, 18 de abril de 2024. Javert do Carmo Azevedo Filho - Presidente do Conselho de Administração.

VERENE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 46.080.999 /0001-27

ARCA realizada em 15/03/24. Data, Horário e Local: Realizada em 15/03/24, às 15h, na sede social da Cia., na Praia de Botafogo, 228/12º, sl. 1201-F, Botafogo/RJ. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., a saber: Eduardo Edmond Farhat, Presidente do Conselho de Administração; Daniel De Falco; Jose Cherem Pinto; Cristina Penteado, Ana Ruschmann e Daniel Mirabile. Participaram, adicionalmente, a convite dos Conselheiros, os representantes observadores do acionista controlador o Sr. Gustavo Ogata e a Sra. Helena Bianchessi, bem como os Diretores Artur Hoff (Diretor Técnico), Ana Granato (Diretora Financeira) e Arnaldo Bittencourt (Diretor Jurídico e Regulatório). **Composição da Mesa**: Sr. Eduardo Edmond Farhat – Presidente; Sr. Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto – Secretário. **Ordem do Dia**: Deliberações: **(i)** Ratificar a assinatura do contrato de empréstimo entre a Cia., na condição de devedora, e seu acionista controlador Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), na qualidade de credor, cujo objetivo é conferir à Cia. os recursos necessários à realização de um aporte de capital na subsidiária Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"); **(ii)** Determinar a declaração do voto a ser proferido pela Cia. na AGE da IEB a ser convocada para deliberar sobre o aumento do seu capital social pela Cia., com vistas à conferir à IEB os recursos necessários à aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA – Integração Transmissora de Energia S.A., CNPJ 07.799.081/0001-80 ("INTESA"); **(iii)** autorizar a subsidiária IEB a adquirir 100% das ações representativas do capital social da INTESA; e **(iv)** determinar a declaração do voto a ser proferido pela controlada IEB na AGE da INTESA que deliberará sobre: a) tomar conhecimento acerca do pedido de renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Cia.; b) extinguir o Conselho de Administração da Cia.; c) tomar conhecimento acerca do pedido de renúncia dos atuais diretores da Cia.; d) eleger os novos diretores da Cia.; e) nomear o diretor de compliance da Cia.; e f) reformar e consolidar o Estatuto Social da Cia. para refletir as alterações constantes nos itens acima. **Deliberações**: Após discutirem e analisarem a pauta da ordem do dia, a totalidade dos conselheiros decidiu aprovar, por unanimidade de votos: **(i)** Ratificar a assinatura de um contrato de empréstimo entre a Cia., na condição de devedora, e seu acionista controlador Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), na qualidade de credor, cujo objetivo é conferir à Cia. os recursos necessários à realização de um aporte de capital na subsidiária IEB. **(ii)** Declarar o voto favorável na AGE da subsidiária IEB a ser convocada para deliberar sobre o aumento do capital social da IEB no montante de R$320.912.967,19, com vistas a conferir à IEB os recursos necessários à aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA, de acordo com o previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Cia. e a Equatorial Energia S.A. em 31/10/23. **(iii)** Autorizar a subsidiária Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB") a adquirir 100% das ações representativas do capital social da INTESA, de acordo com o previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Cia. e a Equatorial Energia S.A. em 31/10/23. **(iv)** Declarar o voto favorável da controlada IEB na AGE da INTESA a ser realizada para deliberar sobre: a) tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Cia.; b) extinguir o Conselho de Administração da Cia.; c) tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia dos atuais diretores da Cia.; d) eleger a atual Diretoria da Verene e IEB como a nova Diretoria da INTESA; e) nomear o atual diretor de compliance da Verene e IEB como o diretor de compliance da INTESA; e f) reformar e consolidar o Estatuto Social da Cia. para refletir as alterações constantes nos itens acima. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada em livro próprio por todos os membros do Conselho de Administração da Cia., pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário. Assinaturas: Eduardo Edmond Farhat (Presidente do Conselho de Administração); Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto (Secretário); Daniel De Falco (Conselheiro); Jose Cherem Pinto (Conselheiro); Cristina Penteado (Conselheira), Andrea Ruschmann (Conselheira) e Daniel Mirabile (Conselheiro). Confere com a original, lavrada em livro próprio. RJ, 15/03/24. Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto - Secretário. JUCERJA em 12/04/24 sob o nº 6179823. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
C.N.P.J. 33.259.722/0001-14
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA DE SÓCIOS
São convidados os senhores cotistas da EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., para se reunirem em Assembléia de sócios cotistas, na sede da Sociedade, na Rua Sete de Setembro, 55 – sala 1905, no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, para: a) Aprovação de contas e deliberar sobre Balanço Patrimonial e do Resultado Econômico encerrado em 31/12/2023; b) Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. As.) Jean Charles David Bernheim Sócio Administrador

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO
O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 07 de maio de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETRO07-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020 , tendo como leiloeira a Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMORIM DE ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br** / **www.aplleiloes.com.br**.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024. 1. Convocação: Nos termos do artigo 14 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do parágrafo 2º, do artigo 10, do estatuto social da **Águas do Paraíba S.A.** ("Companhia"), ficam os senhores acionistas da Companhia convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 08 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida José Alves de Azevedo, nº 233, Parque Rosário, na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28.925-496, para deliberar sobre as matérias descritas no item 2 abaixo ("AGE"). **2. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R$ 153.900.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e novecentos mil reais), na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, assim definidos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentações aplicáveis, observados os termos e condições a serem definidos no *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Águas do Paraíba S.A."* a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures, e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Fiadora"), na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"); **(ii)** a prática, pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, de todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** a contratação da instituição financeira responsável pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder") e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao banco liquidante, o escriturador, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, o "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Águas do Paraíba S.A*", a ser celebrado entre a Companhia, a Fiadora e o Coordenador Líder; **(ii)** a discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta assembleia, dos termos e condições da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a celebração da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, bem como todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações, e/ou demais documentos pertinentes à realização da Emissão e da Oferta, observado o disposto nas deliberações acima que venham a ser aprovadas na assembleia; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, relacionadas às deliberações que venham a ser aprovadas na assembleia. Campos dos Goytacazes, 18 de abril de 2024. **ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.** Nome: Giuliano Junho Tinoco - Cargo: Diretor; Nome: Carlos Eduardo Tavares de Castro - Cargo: Diretor.

NX GOLD S.A.
CNPJ/MF nº 18.501.410/0001-81 - NIRE 35300570804
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos aos acionistas da NX GOLD S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-050, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 18 de abril de 2024. **NX GOLD S.A.**

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS E DE CAPITALIZAÇÃO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 33.621.962/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
RETIFICAÇÃO
Altera-se o horário da AGO de 30/04/2024 das 16h em 1ª convocação e 16h30 em 2ª convocação para às 14h em 1ª convocação e 14h30 em 2ª convocação. **Saint'Clair Pereira Lima** - Presidente.

AVISO DE LEILÃO
A SECRETARIA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 07 de maio de 2024, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro responsável o Sr. SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº. 150, e como Leiloeiro Público Substituto o Sr. DAVI DA SILVA MATTOS, matrícula JUCERJA nº 257. A cópia do edital poderá ser consultado através dos sites **www.eblonline.com.br, www.saogoncalo.rj.gov.br/transportes** e **www.sergiorepresasleiloes.com.br**.

BANCO CÉDULA S/A
CNPJ nº 33.132.044/0001-24
CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 30 DE ABRIL DE 2024
O Conselho de Administração do Banco Cédula S/A, usando das atribuições que lhe conferem a Lei e o Estatuto Social convoca os Srs. Acionistas para a Assembléia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede na R. Gonçalves Dias, 65/67 – 4º andar, no dia 30/04/2024 às 11h, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I–AGO: a)**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; **b)**Eleição da nova composição e novo Membro do Conselho de Administração; **II– AGE: a)**Fixação da remuneração global dos Administradores; **b)**Alteração do Estatuto Social arts 9º-§1º, 13º-§2º e 32-Inciso III;**c)**Assuntos gerais. RJ, 19/04/2024.
Jacques Claudio Stivelman – Vice Presidente do Conselho.

AUTOPARK S.A.
CNPJ/MF 03.734.265/0001-01 - NIRE 33.300.264.809
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam os Senhores Acionistas da Autopark S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 25 de abril de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Antonio Carlos, S/N, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre (i) a homologação da subscrição e integralização do aumento do capital social da Companhia deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2024 ("Assembleia") valor de R$ 566.159,10 mediante a emissão de 56.615.910 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 0,01; (ii) a alteração do art. 5º do estatuto social; e (iii) a consolidação do Estatuto Social.
Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.
Emilio Sanches Salgado Junior - Diretor

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDETUR-RJ - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convocamos a V.Sa., a participar eletronicamente, nos termos do art. 13º caput § 1º do Estatuto deste Sindicato, os associados quites e em condições de votar para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia **26 de abril de 2023**, através do link: https://us06web.zoom.us/j/82971570029 às **15** horas em primeira convocação e às **15** horas e **30** min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Discussão da proposta do Sindicato dos Empregados para NEGOCIAÇÃO COLETIVA para o período de 1º de abril 2024 a 31 de março de 2025; b) Delegação de poderes a diretoria para negociar o acordo. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024
Luiz Antonio Strauss de Campos
Presidente

Desaprovada compra da Trevo pela Knauf

O plenário do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por unanimidade, reprovou a compra, pela Knauf do Brasil, da planta de fabricação de placas de gesso drywall da Trevo Industrial de Acartonados. A decisão foi proferida nesta quarta-feira (17), durante a 228ª Sessão Ordinária de Julgamento.

No Brasil, a utilização de gesso drywall - placas produzidas a partir de minério gipsita, água, aditivos e papel acartonado - tem uso na construção civil, especialmente em prédios comerciais. De acordo com o conselheiro-relator, Victor Oliveira Fernandes, não existem substitutos equivalentes ao produto, havendo apenas quatro fornecedores, incluindo a Knauf e a Trevo. Além disso, apesar de o mercado ter crescido mais de oito vezes entre 2006 e 2022, não foi registrada a entrada de novos concorrentes nos últimos anos.

O conselheiro-relator ressaltou, ainda, que a Superintendência-Geral do Cade já havia recomendado a impugnação da aquisição, em razão dos riscos concorrenciais. Destacou, também, a tentativa de aplicação de remédios concorrenciais, que evitariam a impugnação do requerimento. Observou que os remédios comportamentais propostos consistiam principalmente em metas de produção e de regulação de preços, remédios de difícil monitoramento e com elevados riscos de ineficácia. "A proposta apresentada pelas requerentes foi insuficiente para mitigar o potencial prejuízo ao ambiente concorrencial decorrente da operação, impondo-se a reprovação da operação", afirmou.

A análise da operação também apontou que as condições de rivalidade do mercado poderiam ser prejudicadas principalmente na região Nordeste do país. Considerando o potencial dessa região para o crescimento da demanda nacional, o Tribunal do Cade entendeu importante que esse crescimento fosse continuadamente disputado com vigor

OXFORD ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ 42.329.417/0001-42 - NIRE 33.2.0129243-0
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS realizada em 08.04.24. Os sócios da **OXFORD ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sediada na Av. NS de Copacabana, 1063, sl 203, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22060-001, representando 74,97% do capital social, decidiram aprovar (i) o cancelamento do aumento do capital social aprovado na 19ª Alteração Contratual, cuja tentativa de integralização foi defeituosa e parcial na 20ª Alteração Contratual e cujo prazo de integralização já se encontra expirado, com a redução do Capital Social de R$ 3.700.000,00 para R$ 1.900.000,00 e (ii) a consequente 22ª Alteração de Contrato Social. Rio de Janeiro, 08.04.24. (ass.) **JOSÉ LUIS CARDOZO VALENCIA**; **SHEILA SOARES DE LIMA** e **FUNDAÇÃO CARL E DURGA SPIRO**.

NBCUniversal Networks International Brasil Programadora S.A.

CNPJ nº: 01.253.766/0001-40

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Ficamos à inteira disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. A íntegra das Demonstrações Financeiras está disponível no site do Monitor Mercantil: https://monitormercantil.com.br/. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	**2023**	**2022**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**2.886**	29.994
Títulos e valores mobiliários	**32.779**	49.926
Contas a receber	**19.730**	29.137
Direitos de exibição	**84.920**	96.271
Outros	**7.108**	3.805
Total do ativo circulante	**147.423**	209.133
Ativo não circulante		
Créditos fiscais	**3.689**	-
Direitos de exibição	**67.008**	98.021
Depósitos judiciais	**174**	173
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.391**	745
Imobilizado	**3.549**	4.215
Intangível	**1.346**	2.302
Total do ativo não circulante	**77.157**	105.456
Total do ativo	**224.580**	314.589
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Passivo circulante		
Contas a pagar	**50.273**	109.668
Dividendos e juros sobre capital próprio	**900**	2.500
Adiantamento de clientes	**837**	759
Obrigações tributárias	**1.219**	2.381
Outros	**2.856**	2.893
Total do passivo circulante	**56.085**	118.201
Passivo não circulante		
Contas a pagar a partes relacionadas	**4.796**	20.196
Provisão para contingências e honorários advocatícios	**106**	96
Adiantamento de clientes	**-**	37
Outros	**24**	-
Total do passivo não circulante	**4.926**	20.329
Patrimônio líquido		
Capital social	**8.685**	8.685
Reserva de capital	**8.856**	8.856
Reservas de lucros	**146.028**	158.518
Total do patrimônio líquido	**163.569**	176.059
Total do passivo e patrimônio líquido	**224.580**	314.589

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório	Total
Saldos em 31/12/2021	8.685	8.856	1.737	17	75.928	-	54.900	150.123
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(25.360)	-	-	(25.360)
Reserva de lucro	-	-	-	-	54.900	-	(54.900)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.021	-	60.021
Destinação								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(8.725)	-	(8.725)
Reserva de lucro	-	-	-	-	51.296	(51.296)	-	-
Saldos em 31/12/2022	8.685	8.856	1.737	17	156.764	-	-	176.059
Distribuição de dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(24.300)**	**-**	**-**	**(24.300)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.802**	**-**	**22.802**
Destinação								
Reserva de lucro	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.810**	**(11.810)**	**-**	**-**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.992)**	**-**	**(10.992)**
Saldos em 31/12/2023	**8.685**	**8.856**	**1.737**	**17**	**144.274**	**-**	**-**	**163.569**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	**2023**	**2022**
Receita líquida de vendas e serviços	**200.410**	245.352
Custo das vendas e dos serviços	**(136.702)**	(116.962)
Lucro bruto	**63.708**	128.390
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	**(39.995)**	(40.629)
Despesas gerais e administrativas	**(15.171)**	(15.107)
Outras receitas operacionais	**222**	43
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**8.764**	72.697
Despesas financeiras	**(510)**	(597)
Receitas financeiras	**21.212**	15.338
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**29.466**	87.438
Imposto de renda e contribuição social	**(6.664)**	(27.417)
Lucro líquido do exercício	**22.802**	60.021

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**22.802**	60.021
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**22.802**	60.021

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**29.466**	87.438
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	**1.680**	1.719
Reversão de provisão de contingências	**10**	(240)
Perda estimada por risco de crédito	**1.644**	1.145
Variação cambial	**42**	(4)
Custo líquido na baixa do imobilizado	**(4)**	(2)
	32.838	90.056
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Contas a receber	**7.763**	294
Direitos de exibição	**42.364**	(25.905)
Outros ativos	**(6.992)**	(3.624)
Contas a pagar	**(74.795)**	27.626
Obrigações tributárias	**7.075**	(1.427)
Outros passivos	**(19)**	334
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**8.234**	87.354
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(17.195)**	(29.136)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	**(8.961)**	58.218
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários	**17.147**	(17.102)
Aquisição de imobilizado	**(61)**	(116)
Venda de imobilizado	**10**	8
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	**17.096**	(17.210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	**(25.900)**	(25.500)
Juros sobre capital próprio pagos	**(9.343)**	(7.416)
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos	**(35.243)**	(32.916)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(27.108)**	8.092
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**29.994**	21.902
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.886**	29.994

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 2022. **1. Contexto operacional:** A NBCUniversal Networks International Brasil Programadora S.A. ("NBCU Brasil" ou "Companhia") é uma parceria entre a Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo") e a USA Brasil Holdings L.L.C., subsidiária da NBC Universal Global Networks Latin America, LLC. ("NBC Universal"). A Cia. iniciou suas operações em 10/05/1996 e sua principal atividade é a programação, produção, aquisição e distribuição de filmes, através de seus canais de televisão por assinatura "Universal TV", "Studio Universal" e "Syfy" (atualmente substituído pelo canal "USA"). Estes canais são distribuídos pelas principais operadoras do país, tais como Claro S.A. ("Net"), Sky Serviços de Banda Larga Ltda. ("Sky"), Embratel TVSAT Comunicações S.A. ("Claro TV"), Oi Móvel S.A ("Oi TV") e Telefônica Brasil S.A. ("Vivo TV"). A Cia. tem prazo de duração até 10/05/2025, de acordo com o seu Estatuto Social. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 17 de abril de 2024. As presentes demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As presentes demonstrações financeiras foram preparadas utilizando as práticas contábeis de acordo com os pronunciamentos efetivos para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. **3. Principais práticas contábeis:** a) Ativos e passivos, circulantes e não circulantes - Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes após a data do balanço ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, incluindo transações com partes relacionadas no curso normal dos negócios. Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. b) Direitos de exibição - Os direitos de exibição são ativos intangíveis que incluem filmes, seriados e programas de televisão, adquiridos de terceiros e/ou partes relacionadas. São reconhecidos no ativo circulante e no realizável a longo prazo em decorrência de integrarem o ciclo operacional da Cia., ou seja, a segregação dos conteúdos é realizada conforme vigência dos contratos de licenciamento. Os direitos adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, reconhecidos no ativo no momento do pagamento ou quando tais direitos tornam-se disponíveis, o que ocorrer primeiro. Os custos dos filmes e séries incluem, principalmente, o custo dos direitos de filmes e séries de televisão adquiridos de terceiros e/ou partes relacionadas, nos termos dos contratos de licenciamento. A amortização dos filmes e séries é linear e determinada com base na vigência de cada título. A recuperabilidade dos direitos é revisada individualmente por direito, e as perdas, se houver, são reconhecidas no resultado, quando há um decréscimo do valor ou quando não há mais expectativa de exibição do direito até o final do contrato. c) Imobilizado - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção dos terrenos, que não são depreciados e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. d) Reconhecimento da receita - A NBCU reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance e; e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Cia. satisfaça a obrigação de performance. As receitas de programação e conteúdo (canais lineares por assinatura mensal) são reconhecidas considerando as obrigações de performance satisfeita mensalmente ao longo do tempo da assinatura. As receitas de publicidade são originadas da venda de espaço publicitário, dos canais lineares de TV por assinatura e OTT Streaming, de acordo com os formatos de entrega negociados junto ao cliente (anunciante) e/ou agência de publicidade (intermediador). e) Pronunciamentos contábeis novos ou revisados e aplicados pela 1ª vez em 2023 - *Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 (CPC 23)*: Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Cia.. *Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2*: As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Cia., mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Cia.. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12 (CPC 32)*. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Cia.. **4. Capital Social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social estava composto por 8.208.316 ações ordinárias sem valor nominal.

O Relatório dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 17/04/2024, foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as Demonstrações Financeiras completas, na sede da Companhia.

DIRETORIA: Marcelo Scalzo - Diretor Presidente; **Maurício Gonzalez -** Diretor Financeiro; **Elizabeth Cavalcanti de Oliveira -** Contadora - CRC RJ 081302/O7

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ Nº 05.427.471/0001-02

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações do Fluxo de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras. Outrossim, esta diretoria fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais.

Avisos: (1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. (2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/ https://sistemas.cvm.gov.br/ https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais)

ATIVO	2023	2022
Circulante	**13.173.944**	**14.033.530**
Caixa e equivalentes de caixa	271.850	1.251.385
Contas a receber de clientes	68.400	–
Estoques	1.769.196	2.098.995
Ativos biológicos	9.690.766	10.314.626
Impostos a recuperar e créditos tributários	199.894	172.802
Outros ativos circulantes	1.173.838	195.722
Não circulante	**95.335.214**	**98.791.700**
Impostos a recuperar e créditos tributários	809.693	1.251.685
Outros ativos não circulantes	1.142	1.850
Ativos biológicos	6.280.361	10.379.200
Imobilizado	88.242.664	87.157.611
Intangível	1.354	1.354
Total do ativo	**108.509.158**	**112.825.230**
PASSIVO	**2023**	**2022**
Circulante	**3.010.003**	**5.051.628**
Contas a pagar	170.357	894.312
Empréstimos e financiamentos	1.800.068	916.617
Salários e encargos sociais	191.226	121.878
Impostos e contribuições a recolher	10.712	39.713
Contas a pagar a partes relacionadas	115.741	128.166
Outras obrigações	721.899	2.950.942
Não circulante	**17.193.087**	**18.213.424**
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	11.792.883	11.792.883
Empréstimos e financiamentos	5.400.204	6.283.655
Outras obrigações	–	136.886
Patrimônio líquido	**88.306.068**	**89.560.178**
Capital social	76.319.234	76.319.234
Reservas de reavaliação e ajustes de avaliação patrimonial	40.210.015	40.443.793
Prejuízos acumulados	(39.033.730)	(27.202.849)
Subtotal do Patrimônio líquido	**77.495.519**	**89.560.178**
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.810.549	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**108.509.158**	**112.825.230**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais)

	2023	2022
Receita líquida	6.506.791	12.451.455
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos	(6.870.119)	(2.776.959)
Custo das vendas	(4.893.375)	(11.625.552)
Prejuízo bruto	**(5.256.703)**	**(1.951.056)**
Despesas gerais e administrativas	(3.114.615)	(2.690.008)
Outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas	(2.493.717)	(423.370)
	(5.608.332)	**(3.113.378)**
Prejuízo operacional	**(10.865.035)**	**(5.064.434)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	32.174	216.021
Despesas financeiras	(1.231.798)	(1.557.993)
	(1.199.624)	**(1.341.972)**
Prejuízo antes dos impostos	**(12.064.659)**	**(6.406.406)**
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(120.432)	123.572
Prejuízo do exercício	**(12.185.091)**	**(6.282.834)**
Média ponderada das ações ao longo do exercício		
Ordinária nominativa	2.341.985	2.323.188
Preferencial nominativa	688.458	682.630
	3.030.443	**3.005.818**
Prejuízo básico e diluído por ação ON e PN (R$):		
Ordinária nominativa	(4,02)	(2,09)
Preferencial nominativa	(4,02)	(2,09)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(12.185.091)**	**(6.282.834)**
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**
Total de resultados abrangentes para o exercício	**(12.185.091)**	**(6.282.834)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais)

Fluxo de caixa proveniente das operações:	2023	2022
Atividade operacional		
Prejuízo líquido do exercício	(12.185.091)	(6.282.834)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	8.807.202	3.689.661
Variações nos ativos e passivos	(2.478.486)	1.313.911
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(5.856.375)**	**(1.279.262)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	5.747.000	–
Imobilizado	(4.918.086)	(2.920.345)
Recebimento por venda de ativo imobilizado	–	600.000
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	**828.914**	**(2.320.345)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos:		
Obtidos	–	7.200.272
Pagamento do principal	–	(3.536.686)
Pagamento dos juros	(1.003.198)	(694.008)
Aumento de débitos com empresas ligadas	5.051.124	181.423
Aumento de capital social	–	767.592
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**4.047.926**	**3.918.593**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(979.535)**	**318.986**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.251.385	932.399
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	271.850	1.251.385
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(979.535)**	**318.986**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e de 2022 (Em reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação e Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido SubTotal	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Patrimônio líquido Total
Saldos em 31/12/2021	**66.339.646**	**40.824.971**	**(21.497.556)**	**85.667.061**	**2.988.000**	**88.655.061**
Aumento de capital	9.979.588	–	–	9.979.588	(9.211.996)	767.592
Adiantamento para Futuro aumento de capital	–	–	–	–	6.223.996	6.223.996
Realização da mais valia de ativos e tributos diferidos	–	(381.178)	577.541	196.363	–	196.363
Prejuízo do exercício	–	–	(6.282.834)	(6.282.834)	–	(6.282.834)
Saldos em 31/12/2022	**76.319.234**	**40.443.793**	**(27.202.849)**	**89.560.178**	**–**	**89.560.178**
Adiantamento para Futuro aumento de capital	–	–	–	–	10.810.549	10.810.549
Realização da mais valia de ativos e tributos diferidos	–	(233.778)	354.210	120.432	–	120.432
Prejuízo do exercício	–	–	(12.185.091)	(12.185.091)	–	(12.185.091)
Saldos em 31/12/2023	**76.319.234**	**40.210.015**	**(39.033.730)**	**77.495.519**	**10.810.549**	**88.306.068**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas Resumidas

1. Informações Gerais: A **Fartura Agropecuária S.A.**, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar (Parte), registrada na BM&F Bovespa - Bolsa de Mercadorias e Futuros (B3), tendo como filial a Fazenda São João, localizada no Município de Santana do Araguaia - PA, onde explora a atividade pecuária de bovinocultura de corte, cultivo e comercialização de grãos, simultaneamente com as práticas de conservação da fauna e da flora. Está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social "**Fartura**" ou por "**Companhia**". **2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Políticas Contábeis Materiais e Outras Informações Elucidativas:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a premissa de continuidade de suas operações. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados e refletem a gestão da Companhia, salvo manifestação em contrário. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.1. Critérios gerais de elaboração e divulgação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor além de ativos mensurados ao valor justo (ativos biológicos). Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no não circulante. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 21/03/2024. **2.2. Políticas contábeis materiais adotadas:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são: **a) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A Companhia não possui instrumentos financeiros complexos e todos são classificados como custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização. Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **c) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. Para o ativo biológico Soja, a Companhia mensura ao custo de produção e quando o ativo está no "ponto de colheita", é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido. **d) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente. Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 4. A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado. **e) Operações com partes relacionadas (passivo circulante):** As transações comerciais e financeiras realizadas com controladora referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*). A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 5. A Companhia optou pela manutenção dos saldos de reavaliação, constituídos anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07. Adicionalmente, adotou o custo atribuído quando da adoção inicial dos CPCs em 2010. **g) Intangível:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Companhia avalia anualmente o ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1) e constatou que os mesmos são realizáveis, conforme nota explicativa nº 5. **i) Ativos e passivos não circulantes:** Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **j) Contas a pagar:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **k) Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia. **l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. **m) Novas normas, interpretações e alterações:** ***Normas revisadas com adoção a partir de 01/01/2023:*** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.** Não houve um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária no Brasil:** Reforma tributária em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. ***Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2023:*** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2):** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IAS 21/ CPC 02:** Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia. **3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas:** Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

4. Ativos Biológicos

Circulante	2023 Quantidade	2023 Valor	2022 Quantidade	2022 Valor
Consumíveis Maduros				
Demonstrados pelo valor justo:				
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)	897	1.188.582	6	9.899
Novilhas e novilhos	592	916.719	806	1.791.154
Vacas	–	–	64	196.318
Bois	–	–	102	403.876
Subtotal	**1.489**	**2.105.301**	**978**	**2.401.247**
Consumíveis Imaturos				
Demonstrados pelo custo de produção:				
Rebanho em formação	–	3.801.693	–	4.190.631
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)	1.278	3.783.772	1.295	3.722.748
Subtotal	**1.278**	**7.585.465**	**1.295**	**7.913.379**
Total do circulante	**2.767**	**9.690.766**	**2.273**	**10.314.626**

Não circulante	2023 Quantidade	2023 Valor	2022 Quantidade	2022 Valor
Consumíveis Maduros				
Touros e tourinhos	269	915.682	305	1.322.379
Vacas	2.155	5.238.417	2.931	8.990.754
Rebanho bovino	**2.424**	**6.154.099**	**3.236**	**10.313.133**
Rebanho equino	**84**	**126.262**	**62**	**66.067**
Total do não circulante	**2.508**	**6.280.361**	**3.298**	**10.379.200**
Total dos ativos biológicos	**5.275**	**15.971.127**	**5.571**	**20.693.826**

O saldo dos ativos biológicos da Companhia está avaliado pelo valor justo considerando o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda. Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação. Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os ativos biológicos estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Circulante	
Saldo apresentado em 31/12/2021	**10.119.296**
Transferência do não circulante	2.637.962
Apropriação de custos	10.091.499
Diminuição devido a vendas	(10.297.827)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos/(mortes)	(543.376)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.683.837)
Outras (saídas) /ajustes	(9.091)
Saldo apresentado em 31/12/2022	**10.314.626**
Transferência do não circulante	1.499.263
Apropriação de custos	7.459.032
Diminuição devido a vendas	(3.266.172)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos/(mortes)	(573.493)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(5.013.853)
Outras (saídas) /ajustes	(728.637)
Saldo apresentado em 31/12/2023	**9.690.766**

Não Circulante	
Saldo apresentado em 31/12/2021	**14.489.270**
Transferência para o circulante	(2.637.962)
Entrada por compra	45.500
Redução devido a mortes	(419.534)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.093.122)
Depreciação	(4.952)
Saldo apresentado em 31/12/2022	**10.379.200**
Transferência para o circulante	(1.499.263)
Entrada por compra	73.750
Redução devido a mortes	(299.397)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.856.266)
Depreciação	(13.369)
Outras (saídas) /ajustes	(504.294)
Saldo apresentado em 31/12/2023	**6.280.361**

Em 31/12/2023, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 1.489 (978 em 31/12/2022) cabeças de gado e estão classificados no ativo circulante. **Uso de estimativas: premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração: (i) A Companhia determinou que a *abordagem de mercado* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo para os ativos biológicos consumíveis maduros e a *abordagem de custo* para os imaturos, conforme CPC 46. (ii) Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos no CPC 46, utilizado a hierarquia no nível 1. (iii) O valor de mercado do rebanho bovino é obtido através de pesquisa de preços em mercados específicos de cada área e são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. (iv) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos". (v) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidade, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros e compromissos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ Nº 05.427.471/0001-02

5. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2022	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2023
Terrenos		59.307.497	48.370	–	–	–	59.355.867
Edificações e instalações		8.496.478	522.254	–	100.216	–	9.118.948
Equipamentos e acessórios		3.109.221	25.086	–	–	–	3.134.307
Veículos		1.134.555	288.590	–	–	–	1.423.145
Móveis e utensílios		240.607	4.885	(746)	–	–	244.746
Pastagem		20.213.483	254.496	–	77.620	–	20.545.599
Correção e preparo do solo		8.277.535	–	–	1.358.101	–	9.635.636
Outros		2.961.054	279.446	–	21.596	–	3.262.096
Subtotal do imobilizado:		**103.740.430**	**1.423.127**	**(746)**	**1.557.533**	**–**	**106.720.344**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(2.578.511)	–	–	–	(364.563)	(2.943.074)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(1.993.988)	–	26	–	(203.539)	(2.197.501)
Veículos	10% a 20%	(611.776)	–	–	–	(142.920)	(754.696)
Móveis e utensílios	10%	(225.696)	–	62	–	(4.563)	(230.197)
Pastagem	5%	(7.775.454)	–	–	–	(1.406.978)	(9.182.432)
Correção e preparo do solo	20%	(4.034.733)	–	–	–	(1.369.436)	(5.404.169)
Outros	4% a 10%	(1.039.197)	–	–	–	(251.622)	(1.290.819)
Total Depreciação acumulada		**(18.259.355)**	**–**	**88**	**–**	**(3.743.621)**	**(22.002.888)**
Imobilizado em andamento		**1.676.536**	3.518.809	(112.604)	(1.557.533)	–	**3.525.208**
Total do imobilizado:		**87.157.611**	**4.941.936**	**(113.262)**	**–**	**(3.743.621)**	**88.242.664**

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2022
Terrenos		59.297.443	10.054	–	–	–	59.307.497
Edificações e instalações		6.924.357	315.765	–	1.256.356	–	8.496.478
Equipamentos e acessórios		3.771.003	98.046	(759.828)	–	–	3.109.221
Veículos		1.134.555	–	–	–	–	1.134.555
Móveis e utensílios		232.529	8.078	–	–	–	240.607
Pastagem		16.453.553	–	(852.562)	4.612.492	–	20.213.483
Correção e preparo do solo		6.270.821	27.715	–	1.978.999	–	8.277.535
Outros		2.150.642	766.227	–	44.185	–	2.961.054
Subtotal do imobilizado:		**96.234.903**	**1.225.885**	**(1.612.390)**	**7.892.032**	**–**	**103.740.430**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(2.288.894)	–	–	–	(289.617)	(2.578.511)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(2.519.944)	–	730.256	–	(204.300)	(1.993.988)
Veículos	10% a 20%	(513.811)	–	–	–	(97.965)	(611.776)
Móveis e utensílios	10%	(220.494)	–	–	–	(5.202)	(225.696)
Pastagem	5%	(7.161.211)	–	639.422	–	(1.253.665)	(7.775.454)
Correção e preparo do solo	20%	(2.844.762)	–	–	–	(1.189.971)	(4.034.733)
Outros	4% a 10%	(867.692)	–	–	–	(171.505)	(1.039.197)
Total Depreciação acumulada		**(16.416.808)**	**–**	**1.369.678**	**–**	**(3.212.225)**	**(18.259.355)**
Imobilizado em andamento		**6.356.196**	3.212.372	–	(7.892.032)	–	**1.676.536**
Total do imobilizado:		**86.174.291**	**4.438.257**	**(242.712)**	**–**	**(3.212.225)**	**87.157.611**

Imobilizado em Andamento: O saldo reportado na conta de obras em andamento corresponde principalmente a reforma de casas com o objetivo de realizar melhorias e modernizações nessas edificações com um montante de R$ 2.424.286. Além disso, estamos realizando a reforma de 395,4 hectares de pastagens no valor de R$ 1.100.922 com previsão de conclusão para o 1º trimestre de 2024, visando ganhos de produtividade dos pastos e suporte na atividade de pecuária. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Durante o exercício de 2023 a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliar o valor realizável de seus ativos. Esses avaliadores indicaram que o valor líquido de realização das terras, que inclui pastagens, é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Portanto, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2023 são realizáveis em conformidade com o CPC 01. **6. Patrimônio Líquido:** Capital social: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29/04/2022, a diretoria aprovou o aumento de Capital Social de R$ 66.339.646 para R$ 76.319.234, com a emissão de mais 244.367 ações ordinárias nominativas e 71.843 ações preferenciais, sendo o montante de R$ 2.988.000 integralizado na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, R$ 6.223.996 com a integralização de saldo devedor de mútuo junto à controladora e o restante no valor de R$ 767.592 em dinheiro. Dessa forma, em 31/12/2023 e de 2022, o capital social está representado por 2.341.985 ações ordinárias nominativas e 688.458 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos, que serão iguais aos das ordinárias. Além disso, as ações preferenciais adquiriram o direito a voto a partir do terceiro ano em que a Companhia deixou de distribuir dividendos. Ao longo do ano de 2023, a Companhia recebeu um montante de R$ 10.810.549 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R$ 10.530.128 repassados pela controladora WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. e o valor de R$ 280.421 repassados pela Itapura Agropecuária Ltda. a ser integralizado até a próxima Assembleia Geral Ordinária que acontecerá no ano de 2024. Reserva de Reavaliação e Ajuste de Avaliação Patrimonial: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07. Os Ajustes de Avaliação Patrimonial representam a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado. Dividendos: Em ocasião de lucros acumulados, os acionistas terão direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do estatuto social.

A Diretoria
Fernando Maurício Araújo Guimarães - Diretor-Presidente
Wilson Lemos de Moraes Neto - Diretor
Leandro Cardoso Massa - Diretor
Nargilla Naira Rodrigues da Costa - Contadora - CRC/RJ 111.602/O-0

Relatório do Auditor Resumido

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis eletronicamente no endereço https://sistemas.cvm.gov.br/ bem como se encontra disponível na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi emitido em 21/03/2024, sem modificações.

Fundos imobiliários como opção de investimento

Economista: queda da Selic favorece esse tipo de aplicação

Os investidores têm se interessado por outras aplicações que vão além da renda fixa. A afirmação é de Fabio Louzada, economista, planejador financeiro e fundador da Eu me banco, plataforma de investimento. "Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) emergem como potenciais investimentos mais lucrativos. Não é à toa que os fundos imobiliários atingiram um marco nos dois primeiros meses de 2024: as captações dos FIIs chegaram a R$ 7 bilhões em janeiro e fevereiro", cita o economista.

Ele explica que esse movimento tem acontecido desde que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu a taxa básica de juros, a Selic,de 11,25% ao ano para 10,75%, no final de março, o menor valor em dois anos. Desde que o ciclo de afrouxamento monetário começou, em agosto de 2023, a Selic já caiu 3 pontos percentuais.

Segundo Louzada, a queda da Selic também estimula o crescimento da atividade econômica e facilita o desenvolvimento de setores ligados à economia real. Nesse contexto, os fundos imobiliários de tijolo despontam como protagonistas. Esses fundos, cujas principais funções são a propriedade de imóveis reais ocupados por diferentes segmentos econômicos, se beneficiam. "Quando os juros estão em baixa, a atividade econômica ganha um novo fôlego. Empresas e consumidores são incentivados a tomar mais empréstimos, o que impulsiona o investimento e o consumo. É nesse cenário de maior dinamismo que os fundos imobiliários se destacam como protagonistas da economia real", explica.

Também cita como exemplo um shopping center. Com juros baixos, o movimento nesse tipo de empreendimento tende a crescer significativamente. A logística também ganha destaque. Com o aumento das compras online, é necessário um eficiente sistema de distribuição. Isso demanda galpões bem localizados e estruturados, capazes de garantir rapidez nas entregas.

"Os FIIs podem oferecer oportunidades rentáveis tanto no ganho de capital quanto no recebimento de dividendos. No primeiro caso, investidores podem adquirir ativos a preços abaixo do mercado para posterior revenda com valorização. Já no segundo caso, os dividendos distribuídos pelos fundos mensalmente aumentam a atratividade desses investimentos", resume Louzada, acrescentando que "vale destacar que esses dividendos são isentos de imposto de renda para pessoas físicas, o que os torna ainda mais atrativos em um contexto de busca por rentabilidade".

"Como em qualquer investimento, é essencial realizar uma análise criteriosa e entender os riscos envolvidos antes de tomar decisões", orienta. O economista cita três categorias de fundos imobiliários para se ficar de olho. "Optei por segmentar minha análise em três categorias distintas: logística, shopping e laje corporativa", destacou.

Abaixo, ele cita as características que precisam ter esses fundos: "Um critério primordial foi o dividend yield, o qual estipulou um mínimo de 7%. Esta escolha se justifica pelo meu objetivo de reinvestir os rendimentos para adquirir novas cotas. Assim, uma taxa de retorno abaixo desse valor não seria suficiente para sustentar meu plano de crescimento.

Em relação ao preço sobre valor patrimonial (P/VPA), estabeleceu uma faixa entre R$ 0,85 e R$ 1,02. Esta medida busca evitar extremos, procurando um equilíbrio entre fundos que possam estar subvalorizados ou sobrevalorizados. Vale ressaltar que, embora seja um indicador útil para avaliação, ele pode estar defasado, uma vez que é atualizado anualmente por consultorias, podendo não refletir a realidade do momento atual.

Considerou o valor de mercado como um critério de seleção, optando por fundos com valor de mercado superior a R$ 1 bilhão. Essa escolha se fundamenta na premissa de que fundos com uma capitalização mais expressiva têm maior probabilidade de terem se estabelecido e provado sua eficácia ao longo do tempo.

Por fim, a liquidez também foi um fator determinante. Optou por fundos com uma média de liquidez de pelo menos R$ 1 milhão, garantindo assim a capacidade de vender ativos caso necessário. Afinal, é essencial ter flexibilidade para ajustar a carteira de investimentos de acordo com as condições do mercado.

Outro critério adotado pelo economista foi a exigência de que os fundos possuam no mínimo 10 imóveis em sua composição. A razão para essa exigência é simples, mas fundamental: a diversificação. Uma das vantagens dos fundos imobiliários é a capacidade de investir em uma variedade de ativos, o que proporciona uma distribuição do risco ao longo da carteira. Ao contrário da compra direta de um imóvel, em que o investidor fica limitado a apenas uma propriedade devido ao montante disponível, os fundos imobiliários oferecem uma gama de opções acessíveis.

Explica que ao investir em seis fundos imobiliários distintos, por exemplo, cada um com uma diversidade de ativos, é possível ter exposição a uma ampla gama de imóveis. Se cada fundo possui, em média, 17 imóveis em sua carteira, isso significa que o investidor terá indiretamente acesso a um total de 102 imóveis. Essa multiplicidade de ativos não apenas dilui o risco associado a um único imóvel, mas também proporciona uma maior estabilidade e potencial de retorno para a carteira como um todo.

Fundos fecham semana com R$ 41,4 bilhões de entradas líquidas

Entre os dias 8 e 12 de abril, os fundos de investimento tiveram captação líquida positiva de R$ 41,4 bilhões. No mês, o acumulado é positivo em R$ 50,1 bilhões, reportou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A classe de renda fixa foi o destaque da semana, com R$ 41,6 bilhões de entradas líquidas.

Do total, R$ 15,2 bilhões do total vieram de fundos do tipo duração baixa soberano, que investem em títulos públicos com vencimento inferior a 21 dias úteis. Os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) também ficaram no positivo com R$ 3,9 bilhões, dos quais R$ 3,8 bilhões foram concentrados em um único fundo. Além deles, previdência teve aportes líquidos de R$ 1,6 bilhão e ações, de R$ 6,5 milhões.

Já os fundos cambiais e os FIPs (Fundos de Investimento em Participações) tiveram saídas líquidas de R$ 51,4 milhões e R$ 1,1 bilhão, respectivamente. As duas classes tiveram seus resultados impactados por fundos que registraram, sozinhos, resgates de R$ 43 milhões e R$ 1,1 bilhão, na mesma ordem. Os ETFs (Exchange Traded Funds) também fecharam no negativo com R$ 808,6 milhões. Dois fundos da classe concentraram juntos, saídas de R$ 803 milhões. Os multimercados ficaram com a menor captação líquida da semana: R$ 3,8 bilhões.

Embraer reforçará os laços com as principais aeroespaciais da Áustria

A Embraer e a AICAT, associação de empresas aeroespaciais da Áustria, assinaram nesta quinta-feira (18) um Memorando de Entendimento para aprimorar a cooperação internacional no setor aeroespacial. A cooperação auxiliará os relacionamentos já estabelecidos pela Embraer na Áustria, e também irá possibilitar oportunidades adicionais no país europeu, como pesquisas conjuntas, desenvolvimento de tecnologias e contribuições da rede de empresas austríacas para a cadeia de suprimentos dos programas de aeronaves da Embraer.

O anúncio foi feito na sede da Embraer, em São José dos Campos. Após a cerimônia, representantes de empresas aeroespaciais austríacas e do governo austríaco tiveram a oportunidade de se reunir com especialistas da Embraer em diferentes tecnologias para explorar oportunidades de cooperação.

A AICAT é uma organização que integra a Câmara Econômica Federal Austríaca (WKO) e representa toda a comunidade de tecnologia de aviação na Áustria.

Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A

Companhia aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES ACAO — abrasca companhia associada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações do Fluxo de Caixa e as Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras. Outrossim, esta diretoria fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais. **Avisos:** (1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. (2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/
https://www.wlm.com.br/informacoes-financeiras/documentos-enviados-a-cvm/
https://sistemas.cvm.gov.br/
https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	41.342	21.104	42.069	22.775
Aplicações financeiras	14.869	7.565	15.854	7.565
Contas a receber de clientes	254.872	110.844	255.002	110.844
Cotas de consórcio	27.050	20.381	27.050	20.381
Estoques	260.499	242.777	264.809	248.131
Ativos biológicos	–	–	18.012	16.510
Impostos a recuperar e créditos tributários	5.181	25.990	5.534	26.264
Outros ativos circulantes	1.864	720	3.142	2.551
Total do ativo circulante	**605.677**	**429.381**	**631.472**	**455.021**
Não circulante				
Cotas de consórcio	4.438	3.948	4.438	3.948
Contas a receber de partes relacionadas	302	302	302	302
Impostos a recuperar e créditos tributários	12.615	12.615	13.513	13.961
Depósitos judiciais	552	565	556	569
Outros ativos não circulantes	1.263	1.981	1.264	1.982
Ativos biológicos	–	–	12.678	20.984
Investimentos	177.370	178.514	621	740
Propriedades para investimento	28.794	28.810	1.365	1.365
Imobilizado	113.686	98.566	333.396	303.580
Intangível	9.101	9.110	9.104	9.113
Total do ativo não circulante	**348.121**	**334.411**	**377.237**	**356.544**
Total do ativo	**953.798**	**763.792**	**1.008.709**	**811.565**

PASSIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Contas a pagar	56.249	21.590	56.823	22.948
Empréstimos e financiamentos	120.000	48.769	127.376	49.783
Salários e encargos sociais	26.365	22.300	28.380	23.719
Impostos e contribuições a recolher	3.643	3.275	3.761	3.425
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.561	2.969	4.561	2.969
Dividendos a pagar	10.755	16.227	10.755	16.227
Contas a pagar a partes relacionadas	545	789	545	789
Outras obrigações	14.678	10.430	14.363	13.559
Total do passivo circulante	**236.796**	**126.349**	**246.564**	**133.419**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	13.105	6.482
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	14	268	14	268
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	10.337	10.672	41.157	43.491
Outras obrigações	4.422	4.492	5.296	5.496
Total do passivo não circulante	**14.773**	**15.432**	**59.572**	**55.737**
Patrimônio líquido				
Capital social	271.570	238.836	271.570	238.836
Reserva de lucros	333.044	284.896	333.044	284.896
Reserva de Reavaliação e Ajustes de Avaliação Patrimonial	97.615	98.279	97.615	98.279
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	**702.229**	**622.011**	**702.229**	**622.011**
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	–	–	344	398
Total do Patrimônio líquido	**702.229**	**622.011**	**702.573**	**622.409**
Total do passivo e patrimônio líquido	**953.798**	**763.792**	**1.008.709**	**811.565**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações continuadas				
Receita líquida	2.387.097	1.955.557	2.390.660	1.980.299
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos	–	–	(10.923)	(5.786)
Custo das vendas	(2.086.027)	(1.688.996)	(2.086.570)	(1.711.196)
Lucro bruto	**301.070**	**266.561**	**293.167**	**263.317**
Despesas gerais e administrativas	(142.953)	(123.989)	(155.054)	(135.626)
Outras receitas operacionais	20.767	21.217	21.694	25.177
Resultado de equivalência patrimonial	(18.517)	(10.202)	125	118
	(140.703)	**(112.974)**	**(133.235)**	**(110.331)**
Resultado operacional	**160.367**	**153.587**	**159.932**	**152.986**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	18.321	15.812	18.431	16.205
Despesas financeiras	(20.181)	(1.985)	(21.685)	(3.784)
	(1.860)	**13.827**	**(3.254)**	**12.421**
Resultado antes dos impostos	**158.507**	**167.414**	**156.678**	**165.407**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(44.139)	(50.603)	(44.139)	(50.607)
Diferido	335	507	2.110	2.494
Lucro líquido do exercício de operações em continuidade	**114.703**	**117.318**	**114.649**	**117.294**
Prejuízo de operações descontinuadas	(62)	(20)	(62)	(20)
Lucro líquido do exercício	**114.641**	**117.298**	**114.587**	**117.274**
Atribuível a:				
Acionista controlador	–	–	114.641	117.298
Acionistas não controladores de empresas controladas	–	–	(54)	(24)
	114.641	**117.298**	**114.587**	**117.274**
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$) das operações continuadas:				
Ordinária nominativa	2,99	3,06	2,99	3,06
Preferencial nominativa	3,28	3,36	3,28	3,36
Prejuízo líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$) das operações descontinuadas:				
Ordinária nominativa	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Preferencial nominativa	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ações em circulação ao final do exercício - unidades				
Ordinária nominativa	16.571.220	16.571.220	16.571.220	16.571.220
Preferencial nominativa	19.843.450	19.843.450	19.843.450	19.843.450
	36.414.670	**36.414.670**	**36.414.670**	**36.414.670**
Lucro por ação básico e diluído (R$)	**3,15**	**3,22**	**3,15**	**3,22**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária: Incentivos Fiscais	Reserva de lucros: Reserva estatutária: Garantia para dividendos	Reserva de lucros: Reserva estatutária: Investimentos	Reserva de lucros: Dividendo adicional proposto	Reserva de Reavaliação e Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31/12/2021	**238.836**	**33.749**	**17.830**	**92.013**	**50.227**	**10.247**	**99.077**	**–**	**541.979**	**422**	**542.401**
Realização da mais valia de ativos	–	–	–	–	–	–	(798)	1.116	318	–	318
Prescrição de dividendos transf. para reserva estatutária	–	–	–	176	–	–	–	–	176	–	176
Dividendo adicional conforme AGO de 15.06.2022	–	–	–	–	–	(10.247)	–	–	(10.247)	–	(10.247)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	117.298	117.298	(24)	117.274
. Constituição de reserva legal	–	5.921	–	–	–	–	–	(5.921)	–	–	–
. Constituição da reserva de subvenção de investimentos	–	–	14.904	–	–	–	–	(14.904)	–	–	–
. Dividendo mínimo obrigatório (25%)	–	–	–	–	–	–	–	(27.513)	(27.513)	–	(27.513)
. Constituição de reservas estatutárias	–	–	–	35.038	35.038	–	–	(70.076)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(9.408)	–	9.408	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**238.836**	**39.670**	**32.734**	**117.819**	**85.265**	**9.408**	**98.279**	**–**	**622.011**	**398**	**622.409**
Aumento de capital	32.734	–	(32.734)	–	–	–	–	–	–	–	–
Realização da mais valia de ativos	–	–	–	–	–	–	(664)	879	215	–	215
Dividendo adicional conforme AGO de 28.04.2023	–	–	–	–	–	(9.408)	–	–	(9.408)	–	(9.408)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	114.641	114.641	(54)	114.587
. Constituição de reserva legal	–	5.776	–	–	–	–	–	(5.776)	–	–	–
. Constituição da reserva de subvenção de investimentos	–	–	23.226	–	–	–	–	(23.226)	–	–	–
. Dividendo mínimo obrigatório (25%)	–	–	–	–	–	–	–	(25.230)	(25.230)	–	(25.230)
. Constituição de reservas estatutárias	–	–	–	30.644	30.644	–	–	(61.288)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(24.238)	–	24.238	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**271.570**	**45.446**	**23.226**	**124.225**	**115.909**	**24.238**	**97.615**	**–**	**702.229**	**344**	**702.573**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**114.641**	**117.298**	**114.587**	**117.274**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes para o exercício	**114.641**	**117.298**	**114.587**	**117.274**
Total de resultados abrangentes atribuíveis a:				
Acionistas da companhia	–	–	114.641	117.298
Acionistas não controladores	–	–	(54)	(24)
	–	–	**114.587**	**117.274**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa proveniente das operações:				
Atividade operacional				
Resultado líquido do exercício	114.641	117.298	114.587	117.274
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	19.953	(2.472)	12.829	(8.059)
Variação nos ativos e passivos	(101.501)	(258.767)	(102.955)	(253.563)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**33.093**	**(143.941)**	**24.461**	**(144.348)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa de controladas incorporadas				
Aplicação financeira	1.946	106.311	834	108.953
Adições ao Imobilizado	(21.050)	(8.974)	(41.448)	(16.925)
Outras operações das atividades de investimentos	(13.901)	1.095	3.508	5.476
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento	**(33.005)**	**98.432**	**(37.106)**	**97.504**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos	60.552	48.769	72.341	49.118
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(40.402)	(35.197)	(40.402)	(35.197)
Pagamento de dividendos	(14.942)	(19.462)	(14.942)	(19.462)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**20.150**	**13.365**	**31.939**	**13.714**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**20.238**	**(32.144)**	**19.294**	**(33.130)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.104	53.248	22.775	55.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.342	21.104	42.069	22.775
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**20.238**	**(32.144)**	**19.294**	**(33.130)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2023 E 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas / (Despesas)				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.651.921	2.181.180	2.654.654	2.207.120
Outras	28.378	25.132	25.578	29.530
	2.680.299	**2.206.312**	**2.680.232**	**2.236.650**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.264.028)	(1.840.724)	(2.264.571)	(1.862.930)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.344)	(34.023)	(55.550)	(45.991)
	(2.306.372)	**(1.874.747)**	**(2.320.121)**	**(1.908.921)**
Valor adicionado bruto	**373.927**	**331.565**	**360.111**	**327.729**
Depreciação e amortização	(3.852)	(3.065)	(4.813)	(3.981)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**370.075**	**328.500**	**355.298**	**323.748**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(18.517)	(10.202)	125	118
Receitas financeiras	18.321	15.812	18.431	16.205
	(196)	**5.610**	**18.556**	**16.323**
Valor adicionado total a distribuir	**369.879**	**334.110**	**373.854**	**340.071**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores	130.335	115.004	134.443	119.109
Impostos, taxas e contribuições	103.649	98.944	102.062	99.020
Remuneração de capitais de terceiros	21.254	2.864	22.762	4.668
Remuneração de capitais próprios	114.641	117.298	114.587	117.274
Valor adicionado total distribuído	**369.879**	**334.110**	**373.854**	**340.071**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS

1. Breve contexto operacional da companhia: A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 - 19º andar - Flamengo, registrada na BM&F Bovespa - Bolsa de Mercadorias e Futuros (B3), desde 1973. Atua na comercialização de produtos e serviços da marca Scania e também na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos por meio das controladas: Fartura e Itapura. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31/12/2023, avaliamos a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário. **2.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos biológicos mensurados ao valor justo. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidado foi autorizada pela diretoria em 21/03/2024. **2.2 Políticas contábeis materiais adotadas e outras informações elucidativas:** *As principais políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas são:* **a) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. **b) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros complexos e todos são classificados como custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são mensuradas, em sua totalidade, ao custo amortizado. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização. Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **c) Cotas de consórcio:** As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição. **d) Impostos a recuperar e créditos tributários:** As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **e) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. Para o ativo biológico Soja, a Controlada mensura a custo de produção e quando o ativo está no "ponto de colheita", é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido. **f) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente. Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado. **g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes):** As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas, em sua maior parte, referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. Adicionalmente incluem aluguel de terras e pagamento de juros sobre capital próprio. **h) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos. **i) Propriedade para investimentos:** As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Atualmente as propriedades estão arrendadas para partes relacionadas e estão avaliadas pelo método de custo. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*). A Companhia e suas controladas utilizam o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8. Conforme divulgado na explicativa n° 24, a Companhia e suas controladas optaram pela manutenção dos saldos de reavaliação, constituídos anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07. Adicionalmente, adotou o custo atribuído quando da adoção inicial dos CPCs em 2010. **k) Intangível:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. **l) Redução ao valor recuperável de ativos:** O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1) e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). **m) Ativos e passivos não circulantes:** Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **n) Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **o) Empréstimos e financiamentos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos contratados em moeda nacional e estrangeira na data em que o contrato é celebrado junto a instituições financeiras sólidas e os juros e outros custos atrelados a essas operações são reconhecidos no resultado do período em que foram incorridos. Além disso, os custos de transações, quando existentes, como taxas de empréstimos e o imposto sobre operações financeiras (IOF), são capitalizados como parte do custo do empréstimo e liquidados conforme a previsão de amortização descrita no contrato. As divulgações incluem informações sobre o montante de empréstimos em moeda nacional e moeda estrangeira, as movimentações realizadas no período incluindo novas operações, liquidações realizadas, juros apropriados e juros pagos, além de taxas aplicáveis e exposições cambiais. Para as contratações em moeda estrangeira onde a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco cambial é realizada uma avaliação para mitigar o risco de variações nas taxas de câmbio. Com o objetivo de gerenciar esses riscos, utilizamos instrumentos derivativos de swap cambial se a relação de proteção atender aos requisitos de efetividade do hedge. **p) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos

WLM
Confiança que impulsiona

Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A

Companhia aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional. **q) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 11. **r) Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia. **s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A Companhia e suas controladas calculam o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. **t) Novas normas, interpretações e alterações:** ***Normas revisadas com adoção a partir de 01/01/2023:*** A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia e suas controladas, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.** Não houve um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Reforma Tributária no Brasil:** Reforma tributária em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. ***Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2023:*** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2):** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. **Alterações à IAS 21/ CPC 02:** Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. **4. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da Controladora. Processo de consolidação: O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes dos ativos e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas. **5. Operações descontinuadas:** De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas, referente a seguinte controlada: ***Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.:*** Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas *Caxambu, Lambari, Araxá* e *Cambuquira*, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial. O resultado negativo das operações descontinuadas em 2023 foi de R$ 62 e em 2022, R$ 20, atribuído totalmente à Controladora.

6. Estoques

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022
Veículos e peças	109.542	195.798
Adiantamento a fornecedores	150.957	46.979
Total	**260.499**	**242.777**

Descrição	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Veículos e peças	109.542	195.798
Material de consumo	2.026	3.740
Estoque em formação (café, milho e silagem)	771	1.147
Estoque em poder de terceiros	750	–
Adiantamento a fornecedores	151.720	47.446
Total	**264.809**	**248.131**

O aumento na conta de estoques refere-se a veículos cujo faturamento somente será efetuado no primeiro trimestre de 2024. O estoque de café refere-se a produto agrícola mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques.

7. Investimentos

Descrição	Segmentos operacionais: Fartura	Equipo Locação	Itapura	Total
Saldo em 31/12/2021	**79.077**	**–**	**97.643**	**176.720**
Ajuste mais valia de ativos reflexa	184	–	134	318
Aumento de capital	9.261	–	1.795	11.056
Equivalência patrimonial	(5.805)	–	(4.515)	(10.320)
Saldo em 31/12/2022	**82.717**	**–**	**95.057**	**177.774**
Aumento de capital	10.530	1.000	5.872	17.402
Ajuste mais valia de ativos reflexa	111	–	104	215
Equivalência patrimonial (*)	(11.253)	(550)	(6.839)	(18.642)
Saldo em 31/12/2023	**82.105**	**450**	**94.194**	**176.749**

Descrição	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	**622**	**622**
Equivalência patrimonial	118	118
Saldo em 31/12/2022	**740**	**740**
Recebimento de dividendos	(244)	(244)
Equivalência patrimonial	125	125
Saldo em 31/12/2023	**621**	**621**
Total dos investimentos de 31/12/2022		**178.514**
Total dos investimentos de 31/12/2023		**177.370**

(*) Na Equivalência Patrimonial da Controlada Equipo Locação consta um lucro não realizado no montante de (R$ 295).

. Investimentos em Controladas e Coligadas

Patrimônio Líquido e Resultado	2023 Total Ativo	2023 Patrimônio líquido	2023 Resultado do exercício	2022 Total Ativo	2022 Patrimônio líquido	2022 Resultado do exercício
Controladas operacionais						
Fartura (*)	108.509	88.336	(12.185)	112.825	89.560	(6.283)
Itapura (**)	119.097	94.195	(6.838)	118.631	95.058	(4.516)
Equipo Locação	10.789	745	(255)	–	–	–
Controlada descontinuada						
Superágua (***)	284	(390)	(62)	341	(327)	(20)
Coligadas						
Metalplus (***)	5	(769)	(297)	5	(471)	(314)
Plenogás	2.097	1.490	376	2.566	1.844	353

(*) Patrimônio Líquido considerando AFAC de R$ 10.811, sendo R$ 10.530 realizado pela controladora e R$ 281 pela Itapura Agropecuária LTDA. (**) Patrimônio Líquido considerando AFAC de R$ 5.872 realizado pela controladora. (***) Constituída provisão para perdas na rubrica de outras obrigações circulantes.

Participação em controladas	2023 Ações ou quotas	2023 Participação direta (%)	2023 Participação indireta (%)	2022 Ações ou quotas	2022 Participação direta (%)	2022 Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Fartura	2.798.925	92,36	7,20	2.798.925	92,36	7,20
Itapura	36.496.735	99,99	–	36.496.735	99,99	–
Equipo Locação	9.999	99,99	–	–	–	–
Controladas descontinuadas						
Superágua	23.107.500	100,00	–	23.107.500	100,00	–
Coligadas						
Metalplus	3.000	33,33	–	3.000	33,33	–
Plenogás	3.000	33,33	–	3.000	33,33	–

A Companhia mantém provisão para perdas em investimentos permanentes no valor de R$ 646 (R$ 484 em 2022), registrados na rubrica de outras obrigações, no passivo não circulante. Este valor decorre principalmente de patrimônio líquido negativo na controlada descontinuada Superágua e na coligada Metalplus.

8. Imobilizado

Controladora

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2022	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2023
Terrenos		44.955	–	–	–	–	44.955
Edificações e instalações		51.343	46	(6)	2.784	–	54.167
Equipamentos e acessórios		9.459	2.466	(65)	–	–	11.860
Veículos		8.124	7.846	(2.816)	–	–	13.154
Móveis e utensílios		9.214	1.950	(82)	13	–	11.095
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		3.187	–	–	–	–	3.187
Outros		1.509	–	–	735	–	2.244
Subtotal do imobilizado:		**127.791**	**12.308**	**(2.969)**	**3.532**	**–**	**140.662**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(14.751)	–	–	–	(943)	(15.694)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.607)	–	36	–	(740)	(6.311)
Veículos	10% a 20%	(1.930)	–	865	–	(1.260)	(2.325)
Móveis e utensílios	10%	(5.917)	–	66	–	(780)	(6.631)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.829)	–	–	–	(178)	(2.007)
Outros	4% a 10%	(1.396)	–	–	–	(5)	(1.401)
Total de depreciação acumulada		**(31.430)**	**–**	**967**	**–**	**(3.906)**	**(34.369)**
Imobilizado em andamento		2.205	8.742	(22)	(3.532)	–	7.393
Total do imobilizado:		**98.566**	**21.050**	**(2.024)**	**–**	**(3.906)**	**113.686**

Controladora

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2022
Terrenos		44.955	–	–	–	–	44.955
Edificações e instalações		47.261	15	(115)	4.182	–	51.343
Equipamentos e acessórios		8.006	1.485	(32)	–	–	9.459
Veículos		6.689	2.096	(697)	36	–	8.124
Móveis e utensílios		10.907	982	(2.677)	2	–	9.214
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		3.189	–	(2)	–	–	3.187
Outros		1.509	–	–	–	–	1.509
Subtotal do imobilizado:		**122.516**	**4.578**	**(3.523)**	**4.220**	**–**	**127.791**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(13.896)	–	–	–	(855)	(14.751)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.063)	–	22	–	(566)	(5.607)
Veículos	10% a 20%	(1.473)	–	239	(36)	(660)	(1.930)
Móveis e utensílios	10%	(7.920)	–	2.856	–	(853)	(5.917)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.643)	–	–	–	(186)	(1.829)
Outros	4% a 10%	(1.179)	–	–	–	(217)	(1.396)
Total de depreciação acumulada		**(31.174)**	**–**	**3.117**	**(36)**	**(3.337)**	**(31.430)**
Imobilizado em andamento		2.116	4.396	(123)	(4.184)	–	2.205
Total do imobilizado:		**93.458**	**8.974**	**(529)**	**–**	**(3.337)**	**98.566**

Consolidado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 2022	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldos em 2023
Terrenos		204.392	221	–	–	–	204.613
Edificações e instalações		67.289	1.282	(6)	3.798	–	72.363
Equipamentos e acessórios		18.052	2.685	(82)	–	–	20.655
Veículos		9.930	17.731	(2.815)	–	–	24.846
Móveis e utensílios		9.561	1.973	(80)	12	–	11.466
Pastagem		29.776	1.103	–	139	–	31.018
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		3.189	–	–	–	–	3.189
Correção e preparo do solo		8.381	–	–	1.358	–	9.739
Outros		8.854	437	(110)	2.177	–	11.358
Subtotal do imobilizado:		**359.424**	**25.432**	**(3.093)**	**7.484**	**–**	**389.247**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(20.853)	–	–	–	(1.626)	(22.479)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(10.418)	–	53	–	(1.366)	(11.731)
Veículos	10% a 20%	(3.037)	–	867	–	(1.417)	(3.587)
Móveis e utensílios	10%	(6.223)	–	64	–	(791)	(6.950)
Pastagem	5%	(13.105)	–	–	–	(2.067)	(15.172)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.831)	–	–	–	(178)	(2.009)
Correção e preparo do solo	20%	(4.036)	–	–	–	(1.390)	(5.426)
Outros	4% a 10%	(3.485)	–	104	–	(632)	(4.013)
Total de depreciação acumulada		**(62.988)**	**–**	**1.088**	**–**	**(9.467)**	**(71.367)**
Imobilizado em andamento		7.144	16.040	(184)	(7.484)	–	15.516
Total do imobilizado:		**303.580**	**41.472**	**(2.189)**	**–**	**(9.467)**	**333.396**

Consolidado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2022
Terrenos		204.265	127	–	–	–	204.392
Edificações e instalações		61.696	634	(115)	5.074	–	67.289
Equipamentos e acessórios		17.081	2.176	(1.205)	–	–	18.052
Veículos		8.495	2.096	(697)	36	–	9.930
Móveis e utensílios		11.241	995	(2.677)	2	–	9.561
Pastagem		24.074	–	(1.307)	7.009	–	29.776
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		3.191	–	(2)	–	–	3.189
Correção e preparo do solo		6.271	28	–	2.082	–	8.381
Outros		6.257	825	–	1.772	–	8.854
Subtotal do imobilizado:		**342.571**	**6.881**	**(6.003)**	**15.975**	**–**	**359.424**
Depreciação acumulada:							
Edificações e instalações	2% a 4%	(19.839)	–	–	365	(1.379)	(20.853)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(10.220)	–	960	–	(1.158)	(10.418)
Veículos	10% a 20%	(2.482)	–	239	(36)	(758)	(3.037)
Móveis e utensílios	10%	(8.216)	–	2.856	–	(863)	(6.223)
Pastagem	5%	(12.436)	–	977	–	(1.646)	(13.105)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(1.645)	–	–	–	(186)	(1.831)
Correção e preparo do solo	20%	(2.844)	–	–	–	(1.192)	(4.036)
Outros	4% a 10%	(3.066)	–	–	177	(596)	(3.485)
Total de depreciação acumulada		**(60.748)**	**–**	**5.032**	**506**	**(7.778)**	**(62.988)**
Imobilizado em andamento		12.122	11.626	(123)	(16.481)	–	7.144
Total do imobilizado:		**293.945**	**18.507**	**(1.094)**	**–**	**(7.778)**	**303.580**

Imobilizado em Andamento: Na controladora as aquisições nas contas de obras em andamento referem-se principalmente ao projeto de energia solar das filiais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pará. Além disso, estão sendo realizadas obras de adequação e melhorias nas instalações das oficinas visando melhoria no atendimento ao cliente, outras obras para atender normas estaduais do corpo de bombeiros na filial Equipo no Rio de Janeiro e drenagem pluvial na filial de Marituba no estado do Pará. No segmento agropecuário, estão sendo realizadas melhorias nas edificações da Itapura no Estado de Minas Gerais, a fim de obter a certificação do café, além de outros investimentos no plantio de novos pés de café visando a expansão da cultura para obter maiores ganhos com produtividade. Por fim, na controlada Fartura estamos realizando ainda reforma de 395,4 hectares de pastagens com previsão de conclusão para o 1º trimestre de 2024. Com relação as obras finalizadas, realizamos a transferência das instalações de energia fotovoltaica nos estabelecimentos de Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Rio de Janeiro e Barra Mansa pelo montante de R$ 3.198, tornando essas filiais autossuficientes na questão energética. No segmento agro, as obras finalizadas referem-se ao terreiro de café utilizado para secagem de grãos no valor de R$ 711, transferência do plantio 19/20 de café que entrou em plena produção no último trimestre de 2023 no valor de R$ 1.413 e conclusão do preparo de solo da parceria agrícola contribuindo para a expansão da área agricultável da cultura de soja no valor de R$ 1.358. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) :** A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Durante o exercício de 2023 a Companhia e suas controladas contrataram avaliadores independentes para avaliar o valor realizável das terras do segmento agropecuário. Esses avaliadores indicaram que o valor de realização das terras é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Portanto, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2023 são realizáveis em conformidade com o CPC 01 e IAS 36. Nos demais segmentos da Companhia e de suas controladas não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo. **9. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia e de suas controladas são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, denominadas em Real brasileiro ("R$"), Dólar norte-americano ("US$) e Euro (€). As dívidas são inicialmente registradas a valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros (%)	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Real brasileiro (R$)	Flutuante	CDI + 1,88%	40.000	48.769	60.481	56.265
Euro (€)	Pré	5,42% a 5,51%	80.000	–	80.000	–
Empréstimos e financiamentos			**120.000**	**48.769**	**140.481**	**56.265**
Circulante			120.000	48.769	127.376	49.783
Não circulante			–	–	13.105	6.482

Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A

Companhia aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

b) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

Descrição	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Saldo no início do exercício	**48.769**	**–**	**56.265**	**6.082**
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações (*)	405.904	48.769	420.290	56.246
Amortização do principal	(334.673)	–	(336.129)	(6.236)
Pagamento de encargos da dívida	(10.679)	–	(11.820)	(892)
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	19.477	–	20.673	1.065
Variação cambial	(8.798)	–	(8.798)	–
Saldo no final do exercício	**120.000**	**48.769**	**140.481**	**56.265**

(*) No exercício de 2023, a Companhia e suas controladas captaram R$ 420.290, sendo: (i) R$ 300.204 através de empréstimos bancários em moeda estrangeira, contratando também os swaps cambiais. Parte desses swaps foram liquidados ao longo do ano de 2023 pelo montante de R$ 227.102 (R$ 143.459 liquidado em dólar americano e R$ 83.643 em Euros); e (ii) R$ 120.086 através de financiamentos com bancos nacionais. Não há *covenants* atrelados aos empréstimos.

9.1 Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps com o objetivo de proteção econômica e financeira da volatilidade da variação da moeda. a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial: A Companhia contratou instrumentos derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa e uma parte foi liquidada ao longo do ano de 2023. O montante de R$ 8.798, sendo R$ 3.652 em Dólar norte-americano e R$ 5.146 em Euro, foi integralmente contabilizado no resultado na companhia, no grupo de "Despesas Financeiras - Variação cambial". **10. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:** Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R$ 25.230, porém, ao longo do ano de 2023 foram distribuídos o montante de R$ 24.000 (sendo o total de R$ 20.400 líquido de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, em 28/04/2023 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do dividendo adicional ao obrigatório no valor de R$ 9.408. Esse montante foi liquidado em junho/23 juntamente com o dividendo obrigatório pelo valor de R$ 14.942. O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

Descrição	Controladora e consolidado 2023	2022
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	1.230	5.913
Juros sobre o Capital Próprio	7.922	9.091
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.603	1.223
Total	**10.755**	**16.227**

Os dividendos a pagar de exercícios anteriores referem-se a dividendos não reclamados, a disposição dos acionistas. **11. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:** A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas:

Descrição	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Trabalhistas	14	166	14	166
Cíveis	–	102	–	102
Total	**14**	**268**	**14**	**268**

a) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para riscos foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas, cíveis e de execução fiscal, montante de R$ 96.885 (2022 - R$ 82.907), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações financeiras.

Descrição	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Tributárias	36.449	25.176	58.574	46.890
Trabalhistas	1.558	514	1.977	514
Cíveis	17.723	16.194	17.837	16.308
Ambientais	181	181	18.497	19.195
Total	**55.911**	**42.065**	**96.885**	**82.907**

12. Patrimônio líquido: Em 31/12/2022, o Capital Social é de R$ 238.836, representando 36.414 mil ações nominativas, sendo 16.571 mil ações ordinárias e 19.843 mil ações preferenciais, sem valor nominal. Em dezembro de 2023, efetuamos o aumento do Capital Social mediante a capitalização da reserva de incentivos fiscais no valor de R$ 32.734, sem emissão de nova ações. Sendo assim, o capital social passou a ser de R$ 271.570, representado por 36.414 mil ações nominativas, sendo 16.571 mil ações ordinárias e 19.843 mil ações preferenciais, sem valor nominal. Capital social autorizado: Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23/06/2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R$ 300.000, através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal. Reservas: Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido. Outros Resultados Abrangentes (Reserva de Reavaliação e Ajuste de Avaliação Patrimonial): Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. Representa também a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado denominados "ajustes de avaliação patrimonial". A realização da reserva e do ajuste de avaliação patrimonial é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados Reserva de lucros. Reserva legal: Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia. Reserva de subvenção para investimentos: A legislação tributária define que os incentivos fiscais ou financeiros-fiscais do ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, se enquadram como subvenção para investimentos. Com base nisso, a Companhia validou que os incentivos fiscais instituídos por legislação estadual cumpriram os requisitos estabelecidos para remissão e reinstituição do benefício referente a redução da base de cálculo do ICMS nas operações de venda de veículos automotores novos no Estado do Pará e Rio de Janeiro. Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, as reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do seu capital social.

Base de cálculo do dividendo obrigatório

Base de cálculo do dividendo obrigatório	Controladora 2023
Lucro líquido do exercício	**114.641**
Realização da mais valia de ativos	879
Lucro líquido do exercício ajustado	**115.520**
Constituição da reserva legal (5%)	5.776
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23.226
Base de cálculo do dividendo obrigatório	**86.518**
Dividendos obrigatórios	25.230
Dividendos obrigatórios (25%)	*21.630*
Adição do efeito de IRRF sobre JCP imputados ao dividendo obrigatório (15% de R$ 24.000)	*3.600*
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(24.000)
Total de dividendos a distribuir	**1.230**

Dividendos propostos - espécie e classe	Valor Bruto (Em Reais / Mil)	Valor Bruto por ação ON (Em Reais)	Valor Bruto por ação PN (Em Reais)
Dividendos obrigatórios declarados	25.230	0,65704	0,72274
Saldo dos dividendos distribuídos	1.230	0,03202	0,35220

Juros sobre o capital próprio: Conforme descrito no artigo 37 do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor dos dividendos. Devendo ser pago no prazo máximo de 60 dias, a contar da deliberação de seu pagamento. No ano de 2023 foram aprovados em ata de reunião do conselho de administração a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total líquido de R$ 20.400 descontado do imposto de renda recolhido na fonte no valor de R$ 3.600, totalizando R$ 24.000.

13. Receita de venda de bens e/ou serviços

Descrição	Controladora 2023	2022
Receita de bens	2.561.565	2.105.436
Receita de serviços	90.356	75.744
Total da receita operacional bruta	**2.651.921**	**2.181.180**
Impostos faturados	(264.824)	(225.623)
Total das deduções da receita Bruta	**(264.824)**	**(225.623)**
Total	**2.387.097**	**1.955.557**

Descrição	Consolidado 2023	2022
Receita de bens	2.564.298	2.131.376
Receita de serviços	90.356	75.744
Total da receita operacional bruta	**2.654.654**	**2.207.120**
Impostos faturados	(263.994)	(226.821)
Total das deduções da receita Bruta	**(263.994)**	**(226.821)**
Total	**2.390.660**	**1.980.299**

14. Custo de venda de bens e/ou serviços

Descrição	Controladora 2023	2022
Veículos	**1.658.106**	**1.327.165**
Custo das peças vendidas e demais custos	**427.921**	**361.831**
Mão de Obra	43.972	39.942
Custos das peças vendidas e demais custos	383.949	321.889
Total	**2.086.027**	**1.688.996**

Descrição	Consolidado 2023	2022
Veículos	**1.649.807**	**1.327.165**
Custo das peças vendidas e demais custos	**427.921**	**361.831**
Mão de Obra	43.972	39.942
Custos das peças vendidas e demais custos	383.949	321.889
Pecuária	**5.509**	**20.167**
Café	**3.333**	**2.033**
Total	**2.086.570**	**1.711.196**

15. Resultado líquido por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício. No caso da WLM, o resultado diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31/12/2023 e 2022:

	Controladora e consolidado					
	2023			2022		
Lucro básico por ação	**Ordinárias Nominativas**	**Preferenciais Nominativas**	**Total**	**Ordinárias Nominativas**	**Preferenciais Nominativas**	**Total**
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Operações continuadas						
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	49.500.681,25	65.202.847,03	114.703.528,28	50.629.155,27	66.689.285,53	117.318.440,80
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$)	2,99	3,28	–	3,06	3,36	–
Operações descontinuadas						
Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações (R$)	(28.382,72)	(33.987,30)	(62.370,02)	(9.327,56)	(11.169,42)	(20.496,98)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação ON e PN (R$)	(0,01)	(0,01)	–	(0,01)	(0,01)	–

FERNANDO MAURÍCIO ARAÚJO GUIMARÃES - Diretor-Presidente **LEANDRO CARDOSO MASSA** - Diretor
NARGILLA NAIRA RODRIGUES DA COSTA - Contadora CRC/RJ 111.602/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO: As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, individuais e consolidadas, estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.wlm.com.br/informacoes-financeiras/documentos-enviados-a-cvm/ bem como se encontra disponível na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163, da Lei das Sociedades por Ações, e art. 27, III, da Resolução CVM080/2022, de 29/03/2022, em reunião do Conselho Fiscal desta data, analisaram e opinaram favoravelmente pela aprovação (i) das Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto, com respectivas Notas Explicativas, Relatório da Administração, Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes **- Grant Thornton Auditores Independentes**, datado de 21 de março de 2024, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (ii) da Proposta da Administração de destinação do lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e de distribuição de dividendos. Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. **Vitor Rogério da Costa** - Conselheiro Fiscal Efetivo. **Alvaro Veras do Carmo** - Conselheiro Fiscal Efetivo. **Maria Elvira Lopes Gimenez** - Conselheira Fiscal.

EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
C.N.P.J. 33.259.722/0001-14
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS

São convidados os senhores cotistas da EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., para se reunirem em Assembléia de sócios cotistas, na sede da Sociedade, na Rua Sete de Setembro, 55 – sala 1905, no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, para: a) Aprovação de contas e deliberar sobre Balanço Patrimonial e do Resultado Econômico encerrado em 31/12/2023; b) Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. As.) Jean Charles David Bernheim Sócio Administrador

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS E DE CAPITALIZAÇÃO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ 33.621.962/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
RETIFICAÇÃO

Altera-se o horário da AGO de 30/04/2024 das 16h em 1ª convocação e 16h30 em 2ª convocação para às 14h em 1ª convocação e 14h30 em 2ª convocação. **Saint'Clair Pereira Lima** - Presidente.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024. 1. Convocação: Nos termos do artigo 14 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do parágrafo 2º, do artigo 10, do estatuto social da **Águas do Paraíba S.A.** ("Companhia"), ficam os senhores acionistas da Companhia convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 08 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida José Alves de Azevedo, nº 233, Parque Rosário, na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28.025-496, para deliberar sobre as matérias descritas no item 2 abaixo ("AGE"). **2. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R$ 153.900.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e novecentos mil reais), na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, assim definidos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentações aplicáveis, observados os termos e condições a serem definidos no *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Águas do Paraíba S.A."* a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures, e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Fiadora"), na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"); **(ii)** a prática, pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, de todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** a contratação da instituição financeira responsável pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder") e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao banco liquidante, o escriturador, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, o *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Águas do Paraíba S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, a Fiadora e o Coordenador Líder; **(ii)** a discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta assembleia, dos termos e condições da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a celebração da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, bem como todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações, e/ou demais documentos pertinentes à realização da Emissão e da Oferta, observado o disposto nas deliberações acima que venham a ser aprovadas na assembleia; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, relacionadas às deliberações que venham a ser aprovadas na assembleia. Campos dos Goytacazes, 18 de abril de 2024. **ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.** Nome: Giuliano Junho Tinoco - Cargo: Diretor; Nome: Carlos Eduardo Tavares de Castro - Cargo: Diretor.

MMB AGROPECUÁRIA S.A.
CNPJ nº 13.054.044/0001-46
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunirem no dia 29/04/2024, às 15h, na sede social localizada na Av. Barão de Tefé nº 34, 19° andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre **I) EM AGO:** (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia; e **II) EM AGE:** (a) o limite da remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 19/04/24. Diretoria.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 07 de maio de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **APLDETRO07-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020 , tendo como leiloeira a Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMORIM DE ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.aplleiloes.com.br**.

AVISO DE LEILÃO

A SECRETARIA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 07 de maio de 2024, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujos os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro responsável o Sr. SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº. 150, e como Leiloeiro Público Substituto o Sr. DAVI DA SILVA MATTOS, matrícula JUCERJA nº 257. A cópia do edital poderá ser consultado através dos sites **www.eblonline.com.br, www.saogoncalo.rj.gov.br/transportes** e **www.sergiorepresasleiloes.com.br**.

BANCO CÉDULA S/A
CNPJ nº 33.132.044/0001-24
CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho de Administração do Banco Cédula S/A, usando das atribuições que lhe conferem a Lei e o Estatuto Social convoca os Srs. Acionistas para a Assembléia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede na R. Gonçalves Dias, 65/67 – 4º andar, no dia 30/04/2024 às 11h, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I–AGO: a)**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; **b)**Eleição da nova composição e novo Membro do Conselho de Administração; **II– AGE: a)**Fixação da remuneração global dos Administradores; **b)**Alteração do Estatuto Social arts 9º-§1º, 13º-§2º e 32-Inciso III;**c)**Assuntos gerais. RJ, 19/04/2024. Jacques Claudio Stivelman – Vice Presidente do Conselho.

AUTOPARK S.A.
CNPJ/MF 03.734.265/0001-01 - NIRE 33.300.264.809
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Autopark S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 25 de abril de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Antonio Carlos, S/N, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre (i) a homologação da subscrição e integralização do aumento do capital social da Companhia deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2024 ("Assembleia") valor de R$ 566.159,10 mediante a emissão de 56.615.910 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 0,01; (ii) a alteração do art. 5º do estatuto social; e (iii) a consolidação do Estatuto Social.
Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.
Emilio Sanches Salgado Junior - Diretor

NX GOLD S.A.
CNPJ/MF nº 18.501.410/0001-81 - NIRE 35300570804
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da NX GOLD S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-050, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 18 de abril de 2024. **NX GOLD S.A.**

ZÍNIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 05.851.532/0001-56
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/24, às 15h, na sede social localizada na Praça Pio X, nº 98, 9º and/parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia.; (c) a reeleição da Diretoria da Cia. Rio de Janeiro, 19/04/24. Diretoria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ sob o nº 33.959.065/0001-18, sediado na Rua Álvaro Alvim nº 24, sala nº 402, Cinelândia, Rio de Janeiro, CEP.: 20.031-010, vem, na pessoa de seu presidente, **CONVOCAR** o **CONSELHO DE REPRESENTANTES** para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, em conformidade com o artigo 26,§1º e 2º do estatuto, que será realizada de forma presencial no dia 24 do mês de maio de 2024, em primeira convocação às 15:00h e, em segunda convocação às 15:30h, para seguinte ordem do dia: 1) leitura, discussão e aprovação do balanço financeiro do exercício do ano de 2023 e da previsão orçamentária de 2025, com os respectivos pareceres do Conselho Fiscal; 2) Poderes à Diretoria para firmar Acordo/Convenções Coletivas e/ou Dissídios Coletivos para o período 2024/2025; 3) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2024. Jorge de Souza Bichara - Presidente.

ABAETÉ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S.A.
CNPJ 24.988.496/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/24, às 15h, na sede social localizada na Av. Barão de Tefé, nº 34, 19º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia; (c) a reeleição da Diretoria; e **II) EM AGE:** (a) o limite de remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 19/04/23. Diretoria.

OXFORD ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ 42.329.417/0001-42 - NIRE 33.2.0129243-0

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS realizada em 08.04.24. Os sócios da **OXFORD ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sediada na Av. NS de Copacabana, 1063, sl 203, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22060-001, representando 74,97% do capital social, decidiram aprovar (i) o cancelamento do aumento do capital social aprovado na 19ª Alteração Contratual, cuja tentativa de integralização foi defeituosa e parcial na 20ª Alteração Contratual e cujo prazo de integralização já se encontra expirado, com a redução do Capital Social de R$ 3.700.000,00 para R$ 1.900.000,00 e (ii) a consequente 22ª Alteração de Contrato Social. Rio de Janeiro, 08.04.24. (ass.) **JOSÉ LUIS CARDOZO VALENCIA**; **SHEILA SOARES DE LIMA** e **FUNDAÇÃO CARL E DURGA SPIRO**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDETUR-RJ - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos a V.Sa., a participar eletronicamente, nos termos do art. 13º caput § 1º do Estatuto deste Sindicato, os associados quites e em condições de votar para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia **26 de abril de 2023**, através do link: https://us06web.zoom.us/j/82971570029 às **15** horas em primeira convocação e às **15** horas e **30** min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Discussão da proposta do Sindicato dos Empregados para NEGOCIAÇÃO COLETIVA para o período de 1º de abril 2024 a 31 de março de 2025; b) Delegação de poderes a diretoria para negociar o acordo. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024
Luiz Antonio Strauss de Campos
Presidente

Planos de saúde registram lucro de R$ 3 bi após pandemia

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou nesta quinta-feira os dados econômico-financeiros relativos ao quarto trimestre de 2023, que revela que o setor de planos de saúde registrou lucro líquido de R$ 3 bilhões no acumulado do ano de 2023. Esse resultado equivale a aproximadamente 1% da receita total acumulada no período, que foi superior a R$ 319 bilhões. Ou seja, para cada R$ 100 de receitas, o setor auferiu cerca de R$ 1 de lucro ou sobra. O desempenho econômico-financeiro do setor observado em 2023 é o mais positivo do período pós pandemia.

Nos números agregados por segmento, os resultados líquidos no ano de 2023 foram positivos para todos: as administradoras de benefícios registraram lucro de R$ 406,4 milhões; as operadoras exclusivamente odontológicas, de R$ 652,8 milhões; e as médico-hospitalares, de R$ 1,93 bilhão.

Seguindo uma dinâmica comum no setor, as operadoras médico-hospitalares, que são o principal segmento do setor, fecharam o ano de 2023 com resultado operacional negativo acumulado no ano de R$ 5,9 bilhões. Entretanto, o resultado do 4° trimestre isolado é o melhor resultado de um trimestre desde o 1° trimestre de 2021. Esse prejuízo operacional foi compensado pelo resultado financeiro recorde de R$ 11,2 bilhões, advindo principalmente da remuneração das suas aplicações financeiras, que acumularam, ao final do período, quase R$ 111 bilhões.

"A recuperação está acontecendo, os resultados são melhores do que o que foi projetado para o setor. Se em 2022 foi registrado prejuízo na casa de R$ 530 milhões no segmento médico-hospitalar, 2023 já trouxe lucro de R$ 1,9 bilhão. Inclusive, poderíamos ter mesmo ter números melhores, mas houve ajustes contábeis significativos em operadoras maiores que tiveram impacto nos resultados gerais. Contudo, é preciso ter uma visão mais ampla do cenário. Temos acompanhado atentamente certas dificuldades na gestão das operadoras. Por isso reforçamos que é necessária uma revisão do modelo de gerenciamento e de atendimento, para que elas possam entregar melhores serviços com melhor aproveitamento de todos os seus recursos. Não é uma fórmula fácil, mas as operadoras precisam buscar equacioná-la", analisa o diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS, Jorge Aquino.

Sinistralidade

A sinistralidade, principal indicador que explica o desempenho nas operadoras médico-hospitalares, registrou no ano de 2023 o valor de 87% (2,2 pontos percentuais abaixo do apurado no ano anterior), o que indica que em torno de 87% das receitas advindas das mensalidades são utilizadas com as despesas assistenciais. Tal resultado, embora ainda superior ao observado nos anos pré-pandemia e fortemente impulsionado por algumas das maiores operadoras do país, é o melhor dos últimos três anos.

A redução da sinistralidade atual em relação aos mesmos períodos dos anos anteriores resulta, principalmente, da recomposição das mensalidades dos planos – em especial das grandes operadoras – quando comparada à variação das despesas. Sobre este aspecto, cabe ressaltar que continua a se observar uma tendência de maior crescimento das mensalidades médias (ajustadas pela inflação do período observado) em relação à despesa assistencial por beneficiário (também ajustada pela inflação), o que parece sugerir que o setor passa por um período de reorganização de seus contratos, a fim de recuperar os resultados na operação. Isso ocorre em um contexto de aumento de beneficiários e queda dos juros básicos da economia brasileira – que tendem a reduzir o resultado financeiro em relação aos períodos anteriores.

A ANS também atualizou com os dados de 2023 o Atlas Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar, que oferece uma visão concorrencial do setor, com índices de concentração, identificação das operadoras que possuem as maiores fatias de mercado e quantidade de planos comercializáveis para cada um dos 148 mercados relevantes de planos individuais e familiares, coletivos por adesão e coletivos empresariais.

Destaca-se, ainda, a melhora nos índices de concentração dos planos coletivos empresariais ao longo dos anos analisados (2018 a 2023), com o aumento da quantidade de mercados relevantes com menor concentração, principalmente no índice que mede a fatia das quatro maiores operadoras do respectivo mercado.

Já nos planos individuais ou familiares o percentual de fatia de mercado vem gradativamente ficando mais concentrado. Há, contudo, um destaque positivo: o mercado do Rio de Janeiro, com queda acentuada nos índices, tornou-se, pela primeira vez, o menos concentrado do país, ultrapassando São Paulo. Além disso, no Atlas Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar pode-se observar, também, que os planos coletivos por adesão apresentaram, em 2023, um cenário de estabilidade em todo o país.

CANAL BRAZIL S.A.

CNPJ: 02.608.224/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022. Ficamos à inteira disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Esta é a íntegra das Demonstrações Financeiras publicadas as quais se encontram disponíveis simultaneamente no site monitormercantil.com.br.
Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de reais)

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**1.788**	7.302
Títulos e valores mobiliários	**14.265**	12.228
Contas a receber	**4.858**	8.714
Créditos fiscais	**334**	10
Direitos de exibição	**9.869**	13.968
Outros	**101**	370
Total do ativo circulante	**31.215**	42.592
Não circulante		
Direitos de exibição	**19.578**	19.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2.136**	889
Imobilizado	**2.441**	2.547
Outros	**46**	44
Total do ativo não circulante	**24.201**	23.154
Total do ativo	**55.416**	65.746

	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Contas a pagar	**6.739**	9.308
Adiantamento de clientes	**3.440**	39
Imposto de renda e contribuição social	**-**	2.290
Obrigações tributárias	**218**	444
Dividendos a pagar	**2.570**	5.172
Outros passivos circulantes	**19**	-
Total do passivo circulante	**12.986**	17.253
Não circulante		
Contas a pagar a terceiros	**636**	1.643
Outros passivos não circulantes	**46**	113
Total do passivo não circulante	**682**	1.756
Patrimônio líquido		
Capital social	**20.000**	20.000
Reservas de lucros	**16.318**	13.909
Dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório	**5.430**	12.828
Total do patrimônio líquido	**41.748**	46.737
Total do passivo e patrimônio líquido	**55.416**	65.746

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva Legal	Reserva estatutária	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.905	2.780	13.434	12	-	15.422	45.553
Aumento de capital com reservas	6.095	-	(6.083)	(12)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.778	-	21.778
Destinações:							
Reserva de retenção de lucros	-	1.089	2.689	-	(3.778)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(5.172)	(15.422)	(20.594)
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	(12.828)	12.828	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.000	3.869	10.040	-	-	12.828	46.737
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.409**	**-**	**10.409**
Destinações:							
Reserva legal	**-**	**131**	**-**	**-**	**(131)**	**-**	**-**
Reserva de retenção de lucros	**-**	**-**	**2.278**	**-**	**(2.278)**	**-**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.570)**	**(12.828)**	**(15.398)**
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.430)**	**5.430**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.000**	**4.000**	**12.318**	**-**	**-**	**5.430**	**41.748**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita de vendas e serviços	**58.263**	77.370
Custo das vendas e dos serviços	**(25.580)**	(26.315)
Lucro bruto	**32.683**	51.055
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas	**(6.670)**	(7.931)
Despesas gerais e administrativas	**(12.673)**	(12.365)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(88)**	155
Resultado com venda de imobilizado	**(9)**	(96)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**13.243**	30.818
Despesas financeiras	**(45)**	(58)
Receitas financeiras	**2.624**	2.300
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.822**	33.060
Imposto de renda e contribuição social	**(5.413)**	(11.282)
Lucro líquido do exercício	**10.409**	21.778

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**10.409**	21.778
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**10.409**	21.778

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.822**	33.060
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	**324**	312
Provisão de perda estimada por risco de crédito	**691**	12
(Reversão) provisão para contingências	**(20)**	28
Variação cambial	**29**	-
Redução do valor recuperável de créditos fiscais	**2**	-
Resultado com venda de imobilizado	**9**	96
	16.857	33.508
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Contas a receber	**3.165**	1.039
Direitos de exibição	**4.195**	(1.362)
Outros ativos	**267**	(160)
Contas a pagar	**(3.446)**	945
Obrigações tributárias	**(2.508)**	(186)
Outros passivos	**3.213**	95
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**21.743**	33.879
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(6.993)**	(12.446)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.750**	21.433
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aplicação) Resgate de títulos e valores mobiliários	**(2.037)**	(309)
Aquisição de imobilizado	**(227)**	(244)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	**(2.264)**	(553)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	**(18.000)**	(22.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(18.000)**	(22.000)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(5.514)**	(1.120)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.302**	8.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.788**	7.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Canal Brazil S.A. ("Canal Brazil" ou "Companhia") é uma *Joint Venture* entre a Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo") e a GCB Empreendimentos e Participações Ltda., cuja vigência é determinada contratualmente até fevereiro de 2038, de acordo com aprovação ocorrida em Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2018. A Companhia iniciou suas operações em 18 de setembro de 1998 e tem como principal atividade a programação linear e não linear (VoD e OTT — Streaming), produção, aquisição de direitos e distribuição de filmes e outras produções audiovisuais independentes, de origem nacional, para exibição por meio de seu canal de televisão por assinatura "Canal Brasil", veiculado pela rede de distribuição de televisão por assinatura das operadoras Claro S.A. ("NET"), Sky de Banda Larga Serviços Ltda. ("SKY"), Embratel TVSAT Comunicações S.A. ("Claro TV"), Oi Móvel S.A. ("Oi TV") e Telefônica Brasil S.A. ("VIVO TV"), além de outras operadoras independentes. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 15 de abril de 2024. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As presentes demonstrações financeiras foram preparadas utilizando as práticas contábeis de acordo com os pronunciamentos efetivos para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. **3. Principais práticas contábeis:** a) Ativos e passivos, circulantes e não circulantes: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes após a data do balanço ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, incluindo transações com partes relacionadas no curso normal dos negócios. Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores, ou tendo como base estudos técnicos que indicam as melhores estimativas do risco envolvido. b) Direitos de exibição: Os direitos de exibição incluem os eventos ao vivo, filmes, seriados, direitos artísticos e programas de televisão, adquiridos de terceiros e produzidos internamente. São reconhecidos no ativo circulante e no realizável a longo prazo em decorrência de integrarem o ciclo operacional da companhia, ou seja, a segregação dos conteúdos é realizada conforme vigência dos contratos de licenciamento. Os direitos adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, reconhecidos no ativo no momento do pagamento ou quando tais direitos tornam-se disponíveis, o que ocorrer primeiro. Os custos dos filmes incluem, basicamente, o custo dos direitos de filmes e séries de televisão adquiridos de terceiros, nos termos dos contratos de aquisição. A vida útil dos direitos de exibição adquiridos é definida com base nos prazos contratuais e/ou métodos de exibição. A amortização desses direitos ocorre quando da sua exibição ou no final da validade do contrato, o que ocorrer primeiro. A recuperabilidade dos direitos é revisada individualmente por direito, e as perdas, se houver, são reconhecidas no resultado, quando há um decréscimo do valor ou quando não há mais expectativa de exibição do direito até o final do contrato. c) Imobilizado: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. A exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 9. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perdas ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nenhuma perda estimada foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. d) Reconhecimento da receita: A Canal Brazil reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance e; e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Canal Brazil satisfaça a obrigação de performance. *Receita de inserção de publicidade* - As receitas de publicidade são decorrentes da venda de espaço publicitário do canal linear de TV por assinatura "Canal Brasil", bem como de espaços publicitários nas plataformas digitais (websites, set-top-box — NET e OTT — Streaming), de acordo com os formatos de entrega negociados junto ao cliente (anunciante) e/ou agência de publicidade (intermediador). A obrigação de performance é cumprida e a receita de publicidade é reconhecida quando o comercial é disponibilizado no canal e/ou plataforma nos formatos negociados com o cliente. Os adiantamentos de clientes são compostos por recursos recebidos como adiantamento de publicidade. Estes adiantamentos são reconhecidos como receita diferida no passivo, sob o título "Adiantamento de clientes" e a receita é reconhecida quando a publicidade é inserida. Esses adiantamentos são de curto prazo e efetuados a pedido dos clientes. A Companhia, após a avaliação efetuada, concluiu que não existe componente de financiamento significativo nessas operações. *Receita de programação e conteúdo* - A Companhia atua no licenciamento de programação linear e não linear (VoD e OTT — Streaming), de origem nacional, para exibição por meio de seu canal de televisão por assinatura "Canal Brasil" para as principais operadoras de SeAC (Serviço de Acesso Condicionado). Assim, a Canal Brazil possui receitas de programação provenientes de televisão fechada e internet e OTT Streaming, que são comercializados individualmente, podendo ser combinados com demais produtos, conforme decisão comercial da operadora e da Globo. Os conteúdos são remunerados de duas formas distintas e a obrigação de performance é fornecer o conteúdo para as operadoras de TV por assinatura pelas diversas formas e modelos de distribuição conforme abaixo:

Modelo de distribuição (1)	Remuneração	Modelo de Remuneração	Obrigação de performance
Canal Brasil (canal linear e OTT - Streaming)	Assinatura mensal e percentual sobre a receita	Modelo de Custo baseado no report da base de assinantes mensal e aplica-se os valores por assinante, em seus diversos pacotes, constantes do contrato de licenciamento de programação com as operadoras e Globo (Globoplay). *Revenue Share*, baseada no *report* das receitas líquidas aplicando-se o percentual definido em contrato entre a programadora e operadora.	Disponibilizar o conteúdo de forma contínua e constante ao longo do tempo.
Transactional VOD (TVOD)	Compra avulsa de conteúdo	*Revenue Share*, baseada no *report* da base de assinantes mensal por estado, alíquotas de impostos diferenciadas, e aplicando o maior entre o preço oferecido ao assinante ou o preço de referência definido no contrato entre programadora e operadora.	Disponibilizar o conteúdo em determinado momento para consumo em plataforma *on demand*.

(1) As operadoras do SeAC disponibilizam uma frequência no *line-up* para fins de exibição dos canais lineares, bem como *dos* conteúdos no catálogo de suas plataformas de VODs (no caso de produtos sob demanda) e comercialização aos assinantes. A receita do canal linear é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo da assinatura. A receita de venda avulsa de conteúdo de *TVOD* e OTT – Streaming é reconhecida no mês seguinte da disponibilização do conteúdo. O preço da assinatura está definido nos contratos de programação, normalmente determinado através de valores fixos por empacotamento dos canais lineares e tipo de assinante. O preço da transação é definido através de valores fixos de preços de referência e percentual de repasse à Companhia por produto, tecnologia e janela de exibição. Em 2023, em contrapartida ao licenciamento da programação do Canal Brasil, a operadora Claro passou a remunerar a Companhia em importância equivalente a um percentual do montante da receita líquida com a comercialização dos serviços da operadora: Banda Larga Residencial Fixa, serviços de Valor Adicionado (SVAs) em conjunto com a banda larga residencial fixa, SeAC e Claro Streaming. **4. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalizava R$20.000 e estava composto por 5.482.004 ações subscritas e integralizadas sem valor nominal, sendo 2.741.004 ordinárias e 2.741.000 preferenciais.

André Saddy - Diretor Geral; **Mauricio Gonzalez -** Diretor; **Alessandra Matias -** Gerente Financeiro;
Elizabeth Cavalcanti de Oliveira - Contadora - CRC RJ 081302/O7

O Relatório dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 15/04/2024, foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as Demonstrações Financeiras completas, na sede da Companhia.